



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**LUANNA MENDONÇA BARRETO MARTINS MATOS**

**CRESCIMENTO ECONÔMICO E INTERVENÇÃO ESTATAL:**  
**UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COREIA DO SUL**

**SÃO CRISTÓVÃO**

**2021**

**LUANNA MENDONÇA BARRETO MARTINS MATOS**

**CRESCIMENTO ECONÔMICO E INTERVENÇÃO ESTATAL:  
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COREIA DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Graduação em Relações Internacionais  
da Universidade Federal de Sergipe como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Me. Corival Alves do Carmo

**SÃO CRISTÓVÃO**

**2021**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

LUANNA MENDONÇA BARRETO MARTINS MATOS

### **CRESCIMENTO ECONÔMICO E INTERVENÇÃO ESTATAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COREIA DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Banca Examinadora:

São Cristóvão, 2021

À minha mãe, por me ensinar a ser forte, a acreditar e a amar. Por permitir que eu me tornasse quem eu sou.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Isabel. Não existem palavras suficientes na língua portuguesa capazes de expressar tudo o que eu gostaria de dizer. Digo, então, obrigada. Por todas as oportunidades, por todos os sacrifícios, por todo o amor, por todos os ensinamentos, por tudo que me moldou. Eu não teria chegado nem a metade do caminho sem a sua companhia e seu apoio. Eu te amo.

À minha avó, Ivanda, à minha segunda mãe, Matia, e à minha madrinha, Karina, por me mostrarem as diversas formas da força feminina. Obrigada pelos ensinamentos, pelas palavras de carinho e esperança e pelo amor que demonstraram por toda a minha vida. Ao meu avô, José Américo (i.m), por ser meu pai, por me mimar e por me ensinar tanto. À toda minha família, tios e tias, primos e primas, por fazerem parte da minha trajetória.

Agradeço às minhas irmãs de coração, Isis, Rackel, Thaissa e Mariana. Obrigada por serem minha família escolhida e por estarem presentes nesses incontáveis anos. À Adrianne, Victória e Gabriela, pelo companheirismo e pelo carinho. Todas vocês farão eternamente parte da minha história e estarão sempre guardadas no meu coração.

Aos amigos que a UFS me deu, muito obrigada. À Leila, por ouvir meus dramas, me inspirar e não me deixar desistir. À Luísa, por ter me acompanhado desde o começo – e por ter me apresentado Aline. A Léo, Kaio, Bruno e Luan, pelas conversas, festas, alegrias e angústias compartilhadas.

Aos meus colegas de sala, obrigada pelo apoio e pelos festejos. Aos meus colegas da REINA, agradeço pelo aprendizado. Aos meus queridos ICPocs, por compartilharem comigo um dos melhores momentos da minha graduação – a Disney não teria sido a mesma sem vocês.

A todo o departamento de Relações Internacionais da UFS, obrigada por não desistirem dos seus alunos e por estarem sempre dispostos a ajudar. Em especial ao meu orientador, Corival, por não desistir de mim e demonstrar infindável paciência com todos os meus infindáveis dramas.

Por fim, agradeço a todos que passaram por minha vida, ontem, hoje e os que ainda vão passar. *Amanhã, vamos continuar a andar, pois somos jovens demais para parar.*

## **RESUMO**

Entre os anos de 1960 e 1990, a Coreia do Sul passou por um intenso processo de crescimento econômico, que resultou no seu posicionamento entre as 15 maiores economias do mundo e a participação como membro da OCDE. Com o incomum caso de industrialização tardia que obteve êxito, surgiu a necessidade de se explicar como o processo ocorreu e por que ele deu certo. A presente pesquisa busca analisar o processo de desenvolvimento dando enfoque na intervenção do Estado como causa por trás do crescimento econômico, comprovando seu poder, influencia e dirigismo indispensáveis, com a finalidade, ainda, de invalidar a teoria do livre mercado como força motriz do crescimento sul-coreano.

**Palavras-chave:** Coreia do Sul; Intervenção estatal; Desenvolvimento econômico; Livre comércio; Industrialização tardia; Estado Dirigista.

**ABSTRACT**

Between 1960 and 1990, South Korea underwent an intense process of economic growth, which resulted in its positioning among the 15 largest economies in the world and participation as an OECD member. With the unusual case of late industrialization that was successful, the need arose to explain how the process occurred and why it worked. The present paper seeks to analyze the development process focusing on the State's intervention as the cause behind economic growth, proving its indispensable power, influence and leadership, with the goal still to invalidate the free market theory as a driving force of growth South Korean.

**Keywords:** South Korea; State intervention; Economic development; Free Commerce; Late industrialization; Leading State.

## SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1: Abordagens Teóricas	12
Capítulo 2: O Estado Desenvolvimentista Por Trás Do Boom Econômico	24
2.1 Planos Quinquenais	26
2.1.1 1º Plano (1962-1966)	26
2.1.2 2º Plano (1967-1971)	28
2.1.3 3º Plano (1972-1976)	29
2.1.4 4º Plano (1977-1981)	30
2.1.5 5º Plano (1982-1986)	32
2.1.6 6º Plano (1987-1991)	33
2.2 Subsídios E Incentivos	33
2.3 Chaebols	36
Capítulo 3: A Crise De 1997 e a Recuperação Neoliberal Liderada Pelo Estado	41
3.1 A Crise	41
3.2 A Recuperação	43
3.3 As Consequências	49
Conclusão	53
Referências	55



## INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1960 e 1990, a Coreia do Sul viu o seu PIB per capita saltar de 151,21 dólares para 6.516,31 dólares, segundo dados do Banco Mundial.<sup>1</sup> Ainda na década de 1990, mais especificamente em 1996, o país passou a fazer parte da OCDE, organização conhecida por ser composta por países com altos níveis de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), se tornando reconhecido como um país desenvolvido. Atualmente, com o PIB ultrapassando 1,6 milhões de dólares em 2019, ocupa o lugar de 11ª maior economia mundial, de acordo com o Banco Mundial.<sup>2</sup>

O crescimento econômico do país surpreendeu a todos, principalmente por sua relativa rapidez e, especialmente, quando levado em consideração a história, marcada por tensões e dificuldades. A Guerra da Coreia, na década de 1950, que dividiu o território, o longo período ditatorial, as crises do petróleo e a crise asiática de 1997 representaram [alguns dos] obstáculos enfrentados pelo país, de modo que a superação destes percalços e o crescimento econômico durante 1960 e 1990 ficaram conhecidos como “Milagre do Rio Han”.

A rápida transformação de um país pobre para um país rico e influente, tanto regionalmente como mundialmente, transformou a Coreia do Sul em um ator relevante dentro do Sistema Internacional, atraindo a atenção de investidores, economistas e acadêmicos. Estes últimos, com o objetivo de entender e explicar o processo aparentemente sem precedentes enfrentado pela Coreia do Sul, passaram a se debruçar e estudar o fenômeno.

Na tentativa de se explicar o porquê e de que maneira o pequeno país asiático obteve sucesso econômico enquanto outros países – muitas vezes maiores e mais ricos, como o Brasil – em situação similar falharam, surgiram diversas teorias e linhas de pensamentos para explicar o mistério do boom econômico. Entre as diversas alegações

---

<sup>1</sup> Disponível em:

<[https://www.google.com/publicdata/explore?ds=d5bncppjof8f9\\_&met\\_y=ny\\_gdp\\_pcap\\_cd&idim=country:KOR:JPN:THA&hl=pt&dl=pt#!ctype=l&strail=false&bcs=d&nselm=h&met\\_y=ny\\_gdp\\_pcap\\_cd&scale\\_y=lin&ind\\_y=false&rdim=world&idim=country:KOR:JPN&ifdim=world&hl=pt&dl=pt&ind=false](https://www.google.com/publicdata/explore?ds=d5bncppjof8f9_&met_y=ny_gdp_pcap_cd&idim=country:KOR:JPN:THA&hl=pt&dl=pt#!ctype=l&strail=false&bcs=d&nselm=h&met_y=ny_gdp_pcap_cd&scale_y=lin&ind_y=false&rdim=world&idim=country:KOR:JPN&ifdim=world&hl=pt&dl=pt&ind=false)>  
acesso em: 14 janeiro 2021

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>> Acesso em 14 janeiro 2021

existentes, pode-se destacar duas grandes correntes: 1) a defendida pelo Banco Mundial (1987) de que a Coreia do Sul foi capaz de se desenvolver graças a adoção de uma economia focada na exportação e apoiada pelo livre mercado e 2) a ideia de que o Estado intervencionista foi indispensável para o crescimento nacional. Existe, ainda, uma terceira via de explicação, menos recorrente do que as duas primeiras, que advoga que o crescimento coreano foi possível graças ao cenário internacional favorável, como a Guerra Fria, e o apoio de grandes Estados, como os Estados Unidos e o Japão.

A versão do Banco Mundial, no seu Relatório de 1987, corroborada por Balassa (1992) enfatizou o modelo exportador baseado no livre mercado como o principal motor do desenvolvimento, defendendo o crescimento da economia como fruto de políticas neoliberais. Nesta versão da história, a intervenção estatal foi ínfima e, portanto, irrelevante para o crescimento, agindo apenas como uma fonte de pequenos incentivos para os empresários. Para ele, esses incentivos permitiram que os empresários sul-coreanos pudessem concentrar as forças industriais na produção com foco na exportação, mais valiosa na visão neoliberal, ao invés de adotarem o modelo de substituição de importações.

Na contramão dessa visão, estão autores como Ha-Joon Chang e Alice Amsden, defendendo a teoria que credita a intervenção estatal como maior responsável pelo crescimento econômico. Para ambos os autores, a atuação do Estado foi indispensável, pois foram as políticas governamentais que promoveram a proteção das indústrias nascentes e que, posteriormente, guiaram as indústrias na adaptação de suas produções para que se tornassem competitivas no cenário internacional. Para Chang (2004), a força de Estado foi essencial para que a Coreia do Sul colocasse em prática estratégias de catching-up, de modo a tornar as indústrias nacionais competitivas.

A última teoria citada credita o cenário internacional como maior responsável pelo sucesso econômico sul-coreano. Para Masiero (2000), Toussaint (2008) e Pham (2015), sem a ajuda externa do Japão e dos Estados Unidos, a Coreia do Sul não teria atingido os níveis de desenvolvimento que atingiu. Para esses autores, a posição estratégica da Coreia do Sul durante o período histórico da Guerra Fria fez toda a diferença, já que os Estados Unidos não poderiam arriscar perder a influência na península e vê-la sendo conquistada pelo vizinho do Norte. Por isso, alegam, os EUA e o Japão proveram grande ajuda econômica, permitindo atuações que não seriam permitidas em outros contextos.

Nesse sentido, a finalidade da pesquisa é comprovar que, no caso sul-coreano, a economia foi movida e desenvolvido graças, principalmente, a força estatal, com contribuição necessária – mas não suficiente – de países parceiros, como os Estados Unidos e o Japão. Propõe-se, ainda, explicitar a relevância do Estado na superação da crise asiática de 1997, superação esta que é frequentemente atribuída à adoção de políticas neoliberais.

Para atingir tal objetivo e explicar o papel do Estado Desenvolvimentista, o trabalho está organizado em três capítulos, sintetizados a seguir. O primeiro capítulo aborda as discussões teóricas acerca do desenvolvimento econômico sul-coreano. Para tal, as três visões teóricas supracitadas serão expostas e detalhadas, de modo a comprovar a superioridade explicativa da visão estadista.

Em seguida, o capítulo 2 será dedicado a atuação do Estado entre os anos de 1960 e 1990, afim de comprovar sua indispensabilidade. Para tal, serão explicadas as políticas econômicas dos Planos Quinquenais, assim como o uso de políticas de proteção à indústria nascente, o uso de subsídios e incentivos e a relação próxima entre os conglomerados empresariais locais – os *chaebols* – e o Estado, expondo, ainda, a grandiosa importância desta relação para o crescimento da economia nacional.

Por fim, o último capítulo focará na crise asiática de 1997 e em como a Coreia do Sul a superou, focando na atuação estatal. Para tanto, será exposto o impacto da crise na economia sul-coreana e as medidas adotadas – em sua maioria com viés neoliberal – para a recuperação econômica, com particular interesse em descrever o papel essencial do Estado para que tais medidas fossem viáveis e o impacto da liberalização na economia e na sociedade sul-coreana.

## **CAPÍTULO 1: ABORDAGENS TEÓRICAS**

Na tentativa de explicar como e por que a Coreia do Sul obteve sucesso econômico enquanto outros Estados em situação similar de industrialização tardia falharam, surgiram diversas teorias e linhas de pensamentos que buscaram entender e explicar o boom econômico. Entre as alegações existentes, destacam-se duas correntes de maior relevância acadêmica, sendo elas: 1) A teoria neoliberal, defendida pelo Banco Mundial (1987), e que afirma que a Coreia do Sul foi capaz de crescer economicamente graças a adoção de uma economia focada na exportação e apoiada pelo livre mercado e 2) A teoria do Estado intervencionista, que afirma ter sido este o ator indispensável para o desenvolvimento nacional. Além destas duas importantes vertentes, existe, ainda, uma terceira via de explicação, admitidamente menos recorrente, que advoga que o crescimento coreano se tornou possível graças ao cenário internacional continuamente favorável ao longo das décadas, com eventos mundiais como a Guerra Fria e a Guerra do Vietnã, as multas pagas pelo Japão como compensação pós-ocupação e o apoio econômico e tecnológico de grandes Estados, como os Estados Unidos e o próprio Japão.

Por alguns anos, especialmente durante o período em que a Coreia do Sul ainda não havia se estabelecido como um país desenvolvido de acordo com os padrões internacionais, a teoria neoliberal predominou dentre os estudiosos. Tal teoria teve como um de seus principais aliados o Banco Mundial, que não só defendeu o papel do neoliberalismo para a economia do país como também rebaixou os esforços e a atuação do Estado no processo de crescimento econômico. Se tornou, portanto, um dos grandes pilares utilizados pelos estudiosos e defensores do neoliberalismo para justificarem e embasarem suas próprias conclusões acerca do caso sul-coreano.

Em um dos seus primeiros trabalhos sobre a Coreia do Sul, o Relatório de 1987, o Banco Mundial enfatizou o modelo exportador baseado no livre mercado como o principal motor do desenvolvimento, creditando o crescimento da economia a adoção de políticas neoliberais. O Banco Mundial defendia, então, que as estratégias de políticas econômicas adotadas pelo governo da Coreia do Sul eram orientadas por princípios de mercado e, portanto, eram consideradas como “corretas”.

O Relatório do Banco Mundial de 1993 reafirma essa posição, afirmando que a Coreia do Sul, assim como outros países do leste asiático, atingiu altos níveis de crescimento ao “acertarem o básico”, declarando que “Investimentos domésticos privados

e rápido crescimento do capital humano foram os principais motores do crescimento” (BANCO MUNDIAL, 1993, p.5. *tradução nossa*)<sup>3</sup>. O Relatório ainda afirma que certas políticas macroeconômicas adotadas, além de “incomumente eficientes”, agiram de forma a garantir a integridade do sistema bancário, tornando-o mais acessível e permitindo o aumento nos números e valores de poupança (BANCO MUNDIAL, 1993, p.5).

Em ambos relatórios, como visto anteriormente, o Banco Mundial não ignorou por completo a existência do Estado. Reconheceu a atuação governamental como forma de prover subsídios e incentivos comuns a políticas intervencionistas, mas alegou que tais subsídios e incentivos não se tornaram excessivamente custosos e que o governo sabia a hora de parar. O Banco Mundial também menosprezou a atuação estatal ao afirmar que a promoção, por parte do governo, das indústrias químicas e pesadas tiveram pouco impacto na estrutura industrial (BANCO MUNDIAL, 1993, p.9). Desse modo, o Banco Mundial acreditava que as políticas não eram influentes o suficiente para serem considerados como principais responsáveis pelo crescimento econômico, de modo que não seria possível classificar o Estado sul-coreano um Estado intervencionista, alegando que apenas promovia um ambiente favorável tanto ao comércio como aos investimentos, resultando em um regime misto e ao mesmo tempo livre para as indústrias de exportação.

Tanto para a instituição como para outros autores, como Balassa (1982); Westphal e Kim (1982), os incentivos estatais não foram capazes de anular a presença dos princípios de mercado e a influência exercida por eles para a industrialização sul-coreana. Segundo Balassa (1982), a proteção à importação, exercida no início do processo de industrialização, não causou uma aversão ao processo de exportação sul-coreano, diferentemente do que ocorreu em outros países de industrialização tardia. Para o autor, a economia *export-led* não foi afetada pelo processo de substituição de importações pois tais incentivos ocorriam dentro de uma lógica de mercado, de modo que os subsídios para importações e para exportações se igualavam e, conseqüentemente, se anulavam. Balassa (1982) afirma, ainda, que havia liberdade dentro do sistema coreano para que os empresários escolhessem como consumir os insumos necessários e que o fato de os subsídios se igualarem permitiram que a exportação se destacasse, já que os produtores a percebiam como mais rentável.

---

<sup>3</sup> Original: “Private domestic investments and rapidly growing human capital were the principal engines of growth” BANCO MUNDIAL, 1993, p.5

A versão de Balassa (1982) corrobora com o defendido pelos relatórios oficiais do Banco Mundial, ratificando a ideia de que a intervenção estatal foi ínfima e, portanto, irrelevante para o crescimento, agindo apenas como uma fonte de pequenos incentivos para os empresários. Para ele, esses incentivos permitiram que os empresários sul-coreanos pudessem focar as produções industriais na manufatura com objetivo final na exportação, mais valiosa na visão neoliberal, ao invés de adotarem o modelo de substituição de importações.

Westphal e Kim (1982) defendem que o processo de liberalização teve início ainda nos anos 1960, mais especificamente em 1964, quando o país adotou o fim de regime de múltiplo câmbio e, supostamente, adotou uma política de controle de importações mais relaxada, diminuindo as proibições e ocasionando um sistema de “quase” livre comércio para os exportadores. Para os autores, o incentivo mais importante oferecido na Coreia eram provisões que permitiam converter lucros das exportações em certificados de comércio exterior, que eram valiosos no livre mercado e permitiam a importação de certos produtos (WESTPHAL; KIM, 1982, p. 214), pois a importação era controlada no país. Apesar do claro controle nas importações, os autores argumentam que tal prática teve pouco efeito protetivo na economia, assim como afirmam que as restrições quantitativas impostas pelo país era relativamente sem importância (WESTPHAL; KIM, 1982, p. 228). Ao comparar os incentivos e a proteção às importações exercida pela Coreia com a exercida por outros países de industrialização tardia, os autores chegaram à conclusão de que tais incentivos eram consideravelmente menores no país asiático, o que reforçava a posição do país como uma zona de livre comércio.

Em trabalho posterior, Westphal (1990) reconheceu mais do papel e da atuação do governo sul-coreano, arguindo uma chamada “intervenção seletiva”, que, apesar de ter falhado no restante do mundo, funcionara bem na Coreia do Sul devido a economia *export-led*. Apesar do reconhecimento, Westphal alega que a política de encorajamento das exportações adotada pelo governo era “neutra”<sup>4</sup>, de modo que os preços não eram distorcidos e o incentivo mais importante continuava a ser o livre comércio em si. Para o autor, “A performance industrial da Coreia deve muito a confiança governamental nas

---

<sup>4</sup> O autor classifica como “políticas neutras”: [...] “neutral” refers to the absence of differential effects on the allocation of resources among activities relative to the putative circumstances of perfectly free trade. (WESTPHAL, 1990, p.44)

instituições de livre mercado para prover flexibilidade na alocação de recursos.”<sup>5</sup> (WESTPHAL, 1990, p.56. *tradução nossa*)

Mais recente, os autores brasileiros Moura, Xavier e Silva (2011) também adotaram uma explicação liberal, notadamente neoclássica, para explicar o crescimento da Coreia do Sul. Segundo os autores, a Coreia teve um crescimento que se baseia em capital físico, capital humano e tecnologia, elementos presentes no chamado Modelo de Solow ou Modelo Neoclássico de Crescimento.

Os autores explicam que a Coreia do Sul desfrutava de uma elevada taxa de poupança de investimento (capital físico), obtido através da captação de recursos estrangeiros e pelos *chaebols*<sup>6</sup>; uma grande disponibilidade de capital humano, possível graças aos investimentos em educação; e uma internacionalização da economia através de produtos altamente tecnológicos, frutos de engenharia reversa e investimentos privados em P&D (MOURA, XAVIER, SILVA, 2011). Assim como os restante dos autores já discutidos, Moura, Xavier e Silva reconhecem a atuação e a presença do Estado, mas creditam às forças do mercado e ao respeito pelo livre comércio o crescimento econômico sul-coreano.

Assim como Balassa (1982), Westphal e Kim (1982) e Westphal (1990), Moura, Xavier e Silva (2011) reconhecem que o governo da Coreia do Sul concedeu incentivos para a indústria exportadora. Para eles, todavia, tais incentivos não significariam um desvio suficiente para desclassificar o país como seguidor dos ideais liberais, já que as políticas de subsídios não alteravam os preços relativos do mercado e, portanto, seguiam o curso das vantagens comparativas. Apesar da clara contradição de reconhecerem o Estado como atuante, o Banco Mundial (1987) e (1993), Balassa (1982) e Westphal e Kim (1982) recusaram-se a reconhecer o Estado como força motriz por trás do desenvolvimento econômico da Coreia do Sul, escolhendo por ignorar fatos e distorcer a verdadeira influência do Estado, adaptando os acontecimentos para que se adequassem a sua narrativa.

A ideia da distorção de fatos é referenciada tanto por Amsden (1989) como por Chang (1993; 1994), este último expondo a burocracia sul-coreana por reter a capacidade

---

<sup>5</sup> Original: Korea's industrial performance owes much to the government's reliance on free market institutions to provide for flexibility in resource allocation. (WESTPHAL, 1990, p.56)

<sup>6</sup> “*Chaebols* são grupos de empresas possuídos e/ou controlados por uma família que administra a partir uma central e são compostos por subsidiárias que atuam em um grande número de indústrias” (MOORE, 2007, p. 87-88. *Tradução nossa*); Original: *Chaebols* are groups of companies that are owned and/or controlled by a family who manage from a central headquarters and are composed of subsidiaries operating in a collection of industries.

de impor “tarifas emergenciais”, impor restrições quantitativas disfarçadas e tarifas para banir importações de bens de luxo e créditos para subsidiar certas substituições de importações (CHANG, 1993, p.132-133), práticas que iriam de encontro com os ideais liberais de livre mercado.

Exemplos dessa distorção podem ser claramente vistos ao se comparar os trabalhos de Balassa (1982) e Chang (1993). O primeiro autor reconhece a existência de incentivos para empresas privadas com foco na exportação na forma de metas de produção e vendas, mas afirma que

“O cumprimento das metas de exportação, portanto, não afetava o acesso aos incentivos à exportação, embora exportadores coreanos bem sucedidos afirmassem que levava a um tratamento vantajoso[...] (BALASSA, 1982, p.48. *tradução nossa*)”<sup>7</sup>

A declaração do autor faz parecer que as indústrias que falhavam em atingir as cotas estipuladas pelo governo não sofriam nenhum tipo de retaliação por parte do Estado, o que é contraposto, inclusive, por outros autores liberais, como Westphal (1990, p.46) – que afirmava que falhar em atingir metas poderia ser e, muitas vezes, era custoso –; o próprio Banco Mundial (1993, p.20) – que admitia que a Coreia do Sul monitorava os *chaebols* e, as vezes, os levava a falência – e por autores não liberais, como Chang (1993):

“Muitos *chaebols* que perdiam o favoritismo do Estado (por razões políticas e/ou de eficiência) caíam no esquecimento ou era desmantelados e tinha suas partes distribuídas para outros *chaebols*, como exemplificado pelo fato de que apenas dois dos dez maiores *chaebols* em 1966 estavam entre o top dez em 1970; [...]” (CHANG, 1993, p.150. *tradução nossa*)<sup>8</sup>

Ha-Joon Chang e Alice Amsden são alguns dos principais defensores da teoria do Estado intervencionista como o maior responsável por todas as conquistas econômicas da Coreia do Sul. Para ambos os autores, a atuação do governo foi indispensável, já que foram as políticas adotadas e implantadas por este que permitiram realizar a proteção das indústrias nascentes e que, posteriormente, guiaram as indústrias na adaptação de suas produções para que se tornassem competitivas no cenário internacional através dos Planos Quinquenais. Para Chang (2004), a força de Estado foi essencial para que a Coreia do Sul colocasse em prática estratégias de *catching-up*, necessárias para tornar as indústrias

<sup>7</sup> Original: The fulfillment of export targets thus did not affect the firm’s access to export incentives, although successful Korean exporters reported it enjoyed advantageous treatment [...]” (BALASSA, 1982, p.48.

<sup>8</sup> Original: Many *chaebols* which lost state favour (for political and/or efficiency reasons) went into oblivion or were disbanded and their carcasses were distributed to other *chaebols*, as exemplified by the fact that only two of the ten biggest *chaebols* in 1966 were among the top ten in 1970; [...]”



nacionais competitivas e, eventualmente, transformar o país em uma nação economicamente desenvolvida.

Para o autor, a noção de que a Coreia do Sul se desenvolveu principalmente graças ao livre mercado é facilmente contraposta. Segundo ele, mesmo após a “liberalização” econômica iniciado nos anos 1980 (e, que de acordo com Westphal e Kim (1982), ocorreu em 1964), as tarifas do país continuavam altas, assim como o Estado continuava a ter liberdade para impor “tarifas de emergência” sobre importações, sem necessitar de grandes mudanças nas leis (CHANG, 1993, p. 132). Além disso, o autor afirma que grandes restrições quantitativas, disfarçadas de “leis especiais” e regulações para promover a diversificação das importações também permaneceram por muitos anos após a suposta “liberalização”. Chang fornece ainda outros argumentos para contestar a explicação liberal, pois, segundo ele, o Estado sul-coreano continuou a manipular a economia ao impor taxas para efetivamente proibir a importação de bens de luxo (CHANG, 1993, p. 133). O autor ainda apresenta uma evidência final da intervenção estatal, considerada por ele a mais importante: um vasto racionamento de moedas estrangeiras, o que tornava a importação de certos itens impossível, não por serem ilegais, mas por ser impossível pagar pelos produtos (CHANG, 1993, p. 133).

Outro argumento comum aos autores liberais e contestado por Chang diz respeito aos subsídios que se “cancelavam”, algo que os autores liberais afirmavam que ocorria quando os incentivos de importação se igualavam aos incentivos de exportação (BALASSA, 1982, p.64). Segundo Chang (1993), não existem provas teóricas suficientes que expliquem como esta relação de anulação ocorreria, pois não existe explicação ou motivo para que os preços relativos se comportassem no regime sul-coreano do mesmo modo que se comportariam em um regime de verdadeiro livre comércio (YUSUF; PETERS, 1985, p. 18, n. 49 *apud* CHANG, 1993, p.134).

Chang (1993;1994) aprofunda sua crítica e, conseqüentemente, sua defesa do Estado como principal responsável “milagre” econômico sul-coreano ao pontuar outras ações primordiais do governo, como: o forte sistema de controle das importações, que deliberava o que e quanto de cada produto poderia entrar no país; a negação de crédito para compra de insumos importados casos eles fossem produzidos localmente e a facilitação de crédito para maquinário comprado internamente; e os Planos Quinquenais, planos governamentais que colocavam metas econômicas, em grande parte relacionadas a indústria, que se renovavam a cada 5 anos e que foram grandes responsáveis por organizar os objetivos do Estado e tornar o alinhamento com os *chaebols* mais fácil.

Assim como Chang (1993;1994), Amsden (1987) rejeita a tentativa liberal de explicar porque a Coreia do Sul, diferentemente de outros países de industrialização tardia, obteve sucesso. Segundo ela “A explicação convencional é de que eles se adequaram melhor às forças do livre mercado, mas, na realidade, os fundamentos de suas políticas industriais eram iguais àqueles de outros países de industrialização tardia.” (AMSDEN, 1987, p.134. *tradução nossa*)<sup>9</sup>.

Amsden (1989) também contesta o argumento liberal de que não houve distorção de preços relativos, afirmando que o sistema adotado pelo Estado tinha sim efeitos nos preços relativos. A autora afirma, ainda, que o Estado sul-coreano, assim como diversos outros Estados de industrialização tardia, fez uso de uma distorção deliberada nas taxas de troca de moedas estrangeiras. A diferença entre a Coreia e os demais países de industrialização tardia estava no fato de que as distorções coreanas eram consideradas “razoáveis” e operavam em conjunto com outras políticas de incentivos à exportação (AMSDEN, 1987, p. 147).

Para ela, o argumento de que a atuação estatal ocorreu apenas em momentos estratégicos e para garantir o pleno e correto funcionamento dos mecanismos de mercado não se sustenta, já que a adoção de políticas que controlavam as taxas de juros, disponibilizavam crédito e resgatavam empresas eram comuns e frequentes. A autora vai além, afirmando que a entrada das empresas em setores novos e estratégicos, assim como a mudança gradativa de indústrias pesadas para indústrias leves e de tecnologia foi instigada pelo Estado. Como exemplo, é possível citar a intervenção direta do Estado para garantir que a Coreia obtivesse o que fosse necessário para competir com o Japão no setor têxtil, setor esse de relativa importância para os japoneses (AMSDEN, 1992, p.136), assim como políticas de teto de preços, controle de fuga de capital e o uso de incentivos condicionados (AMSDEN, 1992, p.137).

Para Amsden (1992) o Estado sul-coreano se tornou desenvolvimentista de modo pragmático, se valendo de uma relação direta entre subsídios – desenvolvimento – subsídios (AMSDEN, 1992, p.139). Esta relação, que ocorria principalmente entre o Estado e os *chaebols*, foi denominado por Canuto (1994) de *picking winners and punishing losers*<sup>10</sup> e consistia em, basicamente, definir metas para a indústria e conceder

---

<sup>9</sup> Original: “The conventional explanation is that they have conformed more to free market forces, but in fact, the fundamentals of their industrial policies are the same as those of other late industrializers” (AMSDEN, 1987, p.134)

<sup>10</sup> “escolhendo vencedores e punindo perdedores” (*tradução nossa*)

incentivos – que variavam desde maior liberdade para importar certos insumos até a concessão de empréstimos a juros consideravelmente mais baixos do que os praticados no mercado – baseado no cumprimento dessas metas. Todavia, o não cumprimento das metas resultava em punições, que podiam ir de cortes de orçamento até a falência imposta pelo próprio governo. Como mostra Ha (2007):

“Oficiais eram constantemente lembrados das metas de exportação a serem atingidas. Erros, entretanto, não eram facilmente tolerados, e a rotatividade dos cargos estava diretamente relacionada ao sucesso ou ao fracasso em promover as exportações era frequentemente utilizado como punição ou recompensa para os oficiais” <sup>11</sup>(HA, 2007, p. 374. *Tradução nossa*)

Segundo o autor, os oficiais de governo que se mostravam incapazes de atingir e promover as metas eram substituídos a cada seis meses (HA, 2007, p. 374).

Canuto (1994) alinha-se a autores como Chang e Amsden ao trazer, ao longo de sua obra, indícios da intervenção estatal, seja na provisão de financiamentos, seja no uso velado de tarifas e outras políticas para controlar as importações e impulsionar as exportações, na ajuda indispensável para superar a falta de acumulação de capital ou na articulação do Estado com os *chaebols*.

Além de reiterar os pontos trazidos pelos autores já citados, Coutinho (1999) trouxe ainda outros argumentos em defesa da teoria do Estado Intervencionista. Apesar de não defender que o cenário externo favorável foi a principal causa do desenvolvimento, o autor reconhece a importância deste para o desenvolvimento econômico sul-coreano. Segundo ele, não apenas o Japão forneceu ajuda e apoio financeiro e tecnológico à Coreia (COUTINHO, 1999, p. 366) e os Estados Unidos pressionaram para que se realizasse uma reforma agrária (COUTINHO, 1999, p. 352), o país americano teve forte influência graças a sua tolerância.

Coutinho (1999, p.356) argumenta que, devido ao momento histórico da Guerra Fria e o posicionamento geográfico estratégico da Coreia do Sul, os Estados Unidos toleraram ações que possivelmente não seriam toleradas em outro momento, como o protecionismo, a regulação nacional de crédito e a prática de políticas dirigistas de fomento e de subsídio às exportações.

---

<sup>11</sup> Original: “Officials were constantly reminded of the export targets to be realized. Mistakes, however, were not easily tolerated, and the turnover of the positions directly related to success or failure in export promotion was frequently used as punishment and reward of officials.” (HA, 2007, p. 374.)

Diferentemente de Coutinho (1999), os defensores da última teoria citada alegam que o cenário internacional foi maior responsável pelo boom econômico sul-coreano. Dentre alguns advogados desta corrente, estão Medeiros (1997), Toussaint (2008) e Pham (2015) que afirmam que, sem a ajuda externa do Japão e dos Estados Unidos, a Coreia do Sul não teria atingido os níveis de crescimentos necessários para elevar o país a uma posição de país desenvolvido. Para esses autores, a existência da ajuda externa se explica, principalmente, pela posição estratégica da Coreia do Sul durante o período histórico da Guerra Fria, já que os Estados Unidos não poderiam arriscar perder a influência na península e vê-la sendo conquistada pelo vizinho e inimigo do Norte. Por isso, alegam, os EUA e o Japão proveram grande ajuda econômica, permitindo atuações que não seriam permitidas em outros contextos.

Para Medeiros (1997), boa parte dos argumentos giram em torno do fato de que toda a região asiática e, conseqüentemente, sua economia, estava sendo favorecida pelo cenário externo da época. Para ele, isso se explica, em parte, pelo aumento do interesse dos Estados Unidos em relação à Ásia no período após a Segunda Guerra e durante a Guerra Fria, interesse esse que permaneceu considerável por mais algumas décadas. O autor evidencia o interesse por parte dos EUA ao expor que o país havia se tornado mais aberto e receptivo para exportações da região e, mais especificamente, da Coreia. Além disso, Medeiros (1997) também alega que o ambiente externo favorável permitiu que a região contasse com maiores financiamentos, vindo não só dos Estados Unidos, mas também do Japão, de modo que os países em desenvolvimento da região obtiveram mais benefícios do que os países em mesma situação da América Latina – o que explicaria o sucesso limitado dos países de industrialização tardia.

O apoio de Estados Unidos e Japão permitiu que a Coreia do Sul recebesse maiores recursos financeiros, evitando colapsos nas suas contas externas, de acordo com Medeiros (1997). Segundo o autor, tal posição privilegiada da península sul-coreana possibilitou que o país fosse menos afetado por situações potencialmente prejudiciais da economia mundial, como a deterioração dos termos de trocas, os choques dos juros e a queda nos níveis da demanda mundial.

Medeiros (1997) não é o único defensor do auxílio externo como indispensável para o crescimento econômico, tendo em vista que Pham (2015) afirma que parte do sucesso sul-coreano ocorreu graças a decisão japonesa de investir, dar suporte e transferir tecnologia. Tais processos permitiram que a economia sul-coreana obtivesse sucesso tanto em seus processos de substituição de importações como facilitaram a adoção

posterior da economia de exportação que teria um alto volume de escoamento para os Estados Unidos (MEDEIROS, 1997). Pham (2015) ainda argumenta que

“A tecnologia japonesa permitiu que a Coreia elevasse a qualidade de seus bens da indústria de exportação leve a um nível necessário para a competição no mercado internacional, assim como outros investimentos de longa duração na indústria de tecnologia pesada. Esse foi o caso de empreendimentos conjuntos entre os dois países, o que facilitou a transferência da tecnologia e técnicas de marketing.”<sup>12</sup> (PHAM, 2015, p. 15. *Tradução nossa*)

Do mesmo modo, Cho (2001) sustenta a ideia de que o cenário externo favorável foi, de fato, o maior e mais determinante aspecto para o desenvolvimento econômico da Coreia do Sul. Ele concorda com Medeiros (1997) ao colocar a ajuda financeira dos EUA e do Japão como imprescindíveis, mas traz também outros pontos para explicar como e porque tal ajuda ocorreu. Segundo Cho (2001), não só o período do pós-guerra transformou a Coreia em região estratégica para os Estados Unidos, mas também a participação do Estado na Guerra do Vietnã e, assim como sustenta Medeiros (1997), a posição geográfica no contexto da Guerra Fria e após a Guerra da Coreia.

Cho (2001) aprofunda a relação entre Japão e Coreia de Sul, mencionando que parte do auxílio oferecido pela nação vizinha e, à época, mais desenvolvida, veio em forma de reparação pelo período da violenta ocupação japonesa. Tal reparação se traduziu não apenas em pagamentos, tendo resquícios durante muitos anos, como também na forma de empréstimos preferências e a taxas mais baixas. O apoio japonês foi tão grande que, entre as décadas de 1960 e 1970, o país foi responsável por oferecer mais da metade dos empréstimos tomados pela Coreia. Cho (2001) argumenta ainda que o choque do petróleo favoreceu a Coreia do Sul ao expandir o Euromercado que, por sua vez, aumentou seu interesse e sua participação na economia sul-coreana.

Toussaint (2008) compartilha da opinião dos outros autores de que a situação externa favorável permitiu que a Coreia do Sul chegasse ao patamar econômico em que se encontrava já nos anos 1990, defendendo que é possível creditar tal sucesso aos Estados Unidos. O país, que entre 1962 até 1966, garantiu cerca de 70% do capital que entrou na Coreia, permitiu que se diminuísse a necessidade de se tomar empréstimos internacionais. Para ele, além da situação internacional e da posição geográfica estratégica, é possível elencar outro ponto para explicar a disponibilidade dos Estados Unidos em ajudar a

---

<sup>12</sup> Original: “Japanese technology allowed Korea to improve the quality of its light-manufacturing exports to levels necessary for competitiveness in world markets, as well as other, longer-term investments in heavy industry technology. This was particularly the case in joint ventures between the two countries, which enabled easier transfers of technology and marketing techniques” (PHAM, 2015, p. 15.)

Coreia, que seria a falta de riquezas naturais. O autor argumenta, então, que os Estados Unidos não permitiriam que a nação se desenvolvesse industrialmente se também dispusesse de vantagens naturais, pois tentariam se beneficiar de tais riquezas (TOUSSAINT, 2008, p. 106).

Toussant (2008, p. 105) também conclui que o apoio estadunidense ao governo autoritário e ditatorial de Park Chung Hee, sob o pretexto de prevenir que o país caísse nas mãos de um governo socialista, foi indispensável. Isso porque foi Park Chung Hee o responsável por dar início aos Planos Quinquenais, que guiaram a economia sul-coreana rumo ao sucesso por mais de duas décadas. Segundo Moore (2007, p.92), os revolucionários Planos Quinquenais implementados por Park Chung Hee foram sugeridos tanto pelo Banco Mundial como pelo US Agency for International Development (USAID), demonstrada mais um modo em que os EUA influenciaram o crescimento sul-coreano.

Moore (2007) argumenta, também, que a o Plano Marshall, assim como a chamada *Pax Americana*, período em que os Estados Unidos forneciam dinheiro e financiamento para os países “pobres”, e o Consenso de Washington explicam, em parte, a disposição estadunidense de auxiliar a Coreia do Sul. O autor afirma, ainda, que a ocupação militar dos Estados Unidos, mais uma vez sobre o pretexto de combater o socialismo, foi de grande significância para os sul-coreanos, já que foi a ocupação que impediu que a fome generalizada atingisse o país ao fim da Guerra da Coreia.

Segundo Krueger (1982, p.12-13), a ocupação estadunidense tinha como objetivo estabelecer uma Coreia do Sul livre e independente; tornar a Coreia uma nação forte o suficiente para agir como uma força estabilizadora na Ásia e tornar o país em um exemplo de democracia para a região. Deste modo, a atuação estadunidense no país pode ser vista como um meio para atingir objetivos próprios.

O apoio do Japão ocorreu tanto de forma mais passiva, pela facilitação de empréstimos e parceria comercial como de modo mais ativo, na forma da política que Palma (2004) denomina como “gansos voadores”. Tal política permitia que os países do Leste Asiático que estavam em desenvolvimento recebessem o “aval” japonês para substituírem as exportações que já não fossem mais interessantes para o Japão, de modo que o país transferia para os outros países tecnologias, *know-how* e capacidade produtiva. A facilidade oferecida pelo Japão para que os outros países da região atingissem altos níveis de industrialização, muito bem aproveitada pela Coreia do Sul, inegavelmente

colocou os países asiáticos em maior vantagem do que os países da América Latina que passavam pelo mesmo processo.

Palma (2004) alia a política dos “gansos voadores” ao fato de que os países membros da OCDE à época, principalmente dos Estados Unidos, estavam mais abertos ao recebimento de manufaturas vindas do Leste Asiático do que as vindas da América Latina para justificar o maior sucesso econômico dos países asiáticos em relação aos países latinos. O posicionamento do autor, apesar de não atribuir o sucesso econômico apenas a situação externa, contribui para entender de que modo a situação externa poderia ser vista como favorável e de que modo ocorreram as ajudas que distanciaram os níveis de desenvolvimento e industrialização das duas regiões, demonstrando como a Coreia se beneficiou.

Para Masiero (2000) e Miltons e Michelons (2008), o processo enfrentado pela Coreia foi complexo e liderado pelo Estado, que soube se utilizar do momento econômico e político mundial, dos interesses dos EUA e do Japão e da sua consequente disposição para ajudar e até mesmo da sua posição geográfica e de outros fatores externos para obter vantagens. Deste modo, não consideram que a Coreia teve a “sorte” de ter um momento histórico e um cenário externo favorável, mas teve, sim, um Estado capaz de utilizar as situações, a política e a economia a seu favor. Não fosse pela atuação estatal de guiar os investimentos e de realizar planejamentos, como os Planos Quinquenais, a situação externa favorável por si não seria capaz de alocar recursos e mover os empréstimos e o auxílio financeiro para as áreas de maior interesse, onde o retorno seria maior e mais relevante.

## **CAPÍTULO 2: O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA POR TRÁS DO BOOM ECONÔMICO**

A atuação do Estado na economia, como já visto, é controversa para a visão mais liberal, que defende que o Estado seja mínimo e interferir apenas para garantir a propriedade privada ou, no máximo, para corrigir falhas de mercado. Para os defensores dessa ideologia, o governo não deve agir de forma paternalista, cuidando e suprimindo as necessidades básicas do seu povo, mas deveria “permitir à fome produzir seu efeito, para que os trabalhadores sejam compelidos a se empenhar” (BENDIX, 1996, p.94). Neste sentido, a Coreia do Sul se aproxima dos ideais liberais pois, apesar de todo o intervencionismo econômico realizado pelo governo entre os anos de 1960 e 1980, os serviços sociais foram extremamente negligenciados e a população pobre não tinha amplo acesso a serviços básicos, como a saúde (AMSDEN, 1989, p.18).

A aproximação da Coreia do Sul com a visão liberal, todavia, tem fim no descaso com o bem-estar social, visto que em todos os outros aspectos o país pode ser facilmente classificado como um Estado Desenvolvimentista que, para Evans (1993), tem como características:

“A coerência corporativa confere a eles a capacidade de resistir a incursões promovidas pela “mão invisível” da maximização individual por burocratas; internamente, predominam características weberianas. Altamente seletivos, o recrutamento meritocrático e as recompensas de carreiras de longo prazo criam compromisso e um senso de coerência corporativa.” (EVANS, 1993, np)

A Coreia do Sul, então, se encaixaria perfeitamente neste papel, visto que a relação entre o Estado e as empresas privadas não era apenas altamente seletiva como fortemente dependente de um sistema de punições e recompensas. Além disso, o Estado sul-coreano também se mostrou forte e capaz de resistir a pressões externas que pediam pela liberalização e pelo Estado mínimo por um longo período, cedendo moderadamente apenas na década de 80, com a privatização dos bancos – e mesmo assim não completamente, já que a influência estatal continuou forte e o controle sobre bancos comerciais foi mantido (AMSDEN, 1989, p. 16).

Apesar da defesa liberal por um Estado mínimo, países de industrialização tardia não prosperariam economicamente sem a presença forte do Estado, visto que todo o processo de industrialização tardia é, segundo Amsden (1989, p.4), um processo de aprendizagem. E, como todo processo de aprendizagem, requer tempo, algo que pode ser custoso para a indústria privada, e recursos, que muitas vezes são escassos no início do



processo de industrialização de um país. Para Mazzucato (2014, p.52), até mesmo em situações em que os recursos são existentes o Estado se faz necessário, pois existem setores, notadamente os que envolvem mais riscos, em quem a iniciativa privada se recusa a investir.

Para ambos, Mazzucato (2014) e Evans (1993), o Estado não é apenas o responsável por investir nas áreas de risco que os empresários capitalistas tem receio, como também é o responsável por promover as condições necessárias para o desenvolvimento de novas áreas, atuando com a função de financiador inicial e prestador final e emergencial de capital. Mazzucato considera, ainda, que toda a sociedade, e não só os economistas defensores do intervencionismo, tem expectativas que vão além da correção das falhas de mercado em relação ao governo, esperando que o Estado inclua e financie pesquisas básicas, cobrança de impostos de empresas que não cumpram leis estabelecidas e o financiamento público de projetos de infraestrutura dentre suas funções recorrentes. (MAZZUCATO, 2014, p.49). Para Evans (1993), são esses Estados – os desenvolvimentistas – que tem a capacidade de concorrer de forma relativamente mais justa com os Estados já desenvolvidos em um sistema que abertamente beneficia os que já são ricos.

O Estado desenvolvimentista pode ser e, no caso da Coreia do Sul, foi um grande ator para o aproveitamento e aprofundamento de oportunidades. Para garantir que a indústria nacional pudesse competir no mercado internacional, o Estado lançou mão de técnicas e medidas de protecionismo e de estímulo à indústria nascente essenciais para o progresso das empresas e para o aumento da competitividade. Tais técnicas, como mostra Chang (2004), não foram inovadoras nem adotadas pela primeira vez pela Coreia do Sul – ou por qualquer outro país de industrialização tardia –, mas foram copiadas de países que hoje são desenvolvidos, como é o caso da Grã-Bretanha, da Alemanha e dos Estados Unidos, que lançaram mão destas técnicas protecionistas para atingirem o patamar de desenvolvimento desejado. O Estado sul-coreano, especificamente, foi ainda mais além, pois suas políticas de estímulo e proteção não se detiveram às indústrias nascentes, mantendo o apoio governamental por décadas.

Dentre as medidas comumente utilizadas para a promoção das indústrias nascentes, a proteção tarifária talvez seja uma das mais conhecidas. Todavia, como argumenta Chang (2004), não foi a única nem sequer a mais importante medida.

“Havia muitos outros recursos, como os subsídios à exportação, a redução das tarifas dos insumos usados para a exportação, a concessão o direito de monopólio, os acordos para a cartelização, os créditos diretos, o planejamento de investimentos, o planejamento de recursos, o apoio à P&D e a promoção de instituições que viabilizassem a parceria público-privada.” (CHANG, 2004, p.115)

Assim como a grande maioria dos países durante seus respectivos períodos de *catching-up*, a Coreia do Sul se valeu de praticamente todas essas estratégias. A grande diferença do país asiático em relação a outros de industrialização tardia foi, segundo Amsden (1989, p.14), a disciplina que o Estado exercia nos *chaebols*, controlando até mesmo o direcionamento dos investimentos. Tal controle dos investimentos, alinhado aos planos econômicos desenvolvidos pelo Estado, fez do governo a grande força por trás da revolução tecnológica, papel considerado por Mazzucato como responsabilidade estatal (MAZZUCATO, 2004, p.51), que eventualmente fez da Coreia do Sul um país reconhecido por empresas de tecnologia como a Samsung e a LG.

Tendo como base as ideias de Chang (2004) acerca dos métodos utilizadas para a promoção das indústrias nascentes e a ideia defendida por Amsden sobre o que diferenciou a Coreia do Sul dos outros países de industrialização tardia, é possível dividir o papel do intervencionismo estatal sul-coreano em três áreas de maior importância: 1) a formulação e aplicação dos Planos Quinquenais; 2) o uso de subsídios e incentivos e; 3) a íntima relação entre Estados e *chaebols*.

## **2.1 PLANOS QUINQUENAIS**

### **2.1.1 1º PLANO (1962-1966)**

O desenvolvimento econômico da Coreia do Sul foi planejado pelo Estado para seguir planos quinquenais, permitindo que o governo definisse metas e objetivos. A mente por trás desses planos foi o presidente Park Chung Hee, que segundo Pham (2015), estabeleceu, desde o início, que sua maior prioridade doméstica era o crescimento econômico do país.

Antes mesmo de pôr em prática as medidas que guiariam o primeiro plano quinquenal, o governo Park agiu de modo a garantir cooperação e obediência política e econômica. Como mostra Chang (1993, p.151), assim que atingiu o poder, Park Chung Hee nacionalizou todos os bancos e criou novos bancos estatais, obtendo controle total sobre as questões financeiras do país, assim como garantindo o controle sobre

investimentos e empréstimos. Além disso, diversos empresários foram presos sob alegações de “enriquecimento ilícito”, sendo liberados pouco depois ao prometerem “servir a nação através de empresas” (CHANG, 1993, p.151). Com isso, o governo sul-coreano tinha em suas mãos o controle financeiro do país, assim como a garantia de que os empresários seguiriam as recomendações dos planos quinquenais.

O primeiro plano quinquenal, então, contaria com grande participação dos *chaebols* e, segundo Moore (2007, p.95), seria uma forma de “capitalismo guiado”, no qual o Estado participaria tanto direta quanto indiretamente no estabelecimento de indústrias e quaisquer outras áreas consideradas importantes.

A vantagem, para Park, de um plano econômico voltado para a exportação era a maior facilidade no controle das metas, já que era possível visualizar e quantificar as exportações nacionais. Segundo Ha (2007), Park Chung Hee se envolvia ativamente nas questões econômicas nacionais, participando do planejamento e da implementação de suas políticas. Tal participação ativa facilitava o já forte controle exercido pelo Estado em relação aos *chaebols*, que eram obrigados a agir rápida e eficientemente para atingir as metas definidas pelo governo, sob ameaças veladas a existência de suas empresas, ponto que será explorado mais adiante.

O alto controle do regime Park não se limitava ao controle financeiro e a disciplina exercida nos *chaebols*, visto que o presidente também dificultou a existência de sindicatos, permitindo apenas aquele que operassem de modo cooperativo as estratégias do governo (MOORE, 2007, p.92). Tal limitação pode ser explicada por, principalmente, dois motivos: 1) Park Chung Hee ascendeu ao poder devido a um golpe militar e; 2) sindicatos organizados muitas vezes exigem melhor qualidade de vida e trabalho para os cidadãos, algo que o Estado sul-coreano não parecia interessado em oferecer no início do seu desenvolvimento econômico, pois significam grandes gastos para o governo. Além disso, sindicatos organizados poderiam vir a causar agitações populares que iriam dificultar as políticas planejadas por Park.

Além das metas de exportação e produção, mais discutidas e conhecidas, o governo ainda utilizou o primeiro Plano Quinquenal para traçar metas estruturais, que visavam a economia e a infraestrutura nacional:

“[...] assegurar as fontes de fornecimento de energia, corrigir os desequilíbrios estruturais, expandir as indústrias básicas e de infra-estrutura, mobilizar os

recursos inativos, melhorar a posição da balança de pagamentos e promover o desenvolvimento de tecnologia.” (MASIERO, 2000, p.13)

Para garantir que tais objetivos fossem atingidos, o governo enfatizou as áreas de produção de cimento, fertilizantes e fibras sintéticas, assim como a as refinarias de petróleo e a produção de energia elétrica (MASIERO, 2000 p. 13). No tocante as medidas mais ativas, Moore (2007, p.95) afirma que cerca de 36% dos investimentos governamentais foram direcionados à infraestrutura, com o objetivo de garantir que as empresas tivessem condições de escoar os produtos. O autor afirma ainda que, durante o primeiro plano, as indústrias que receberam mais investimentos foram as de calçados e a indústria têxtil, que necessitavam de intensa mão de obra (MOORE, 2007, p.95) e auxiliariam a atingir outro objetivo governamental, o de diminuir os níveis de pobreza do país (MASIERO, 2000, p.13).

Apesar de relativamente bem sucedido – o valor real das exportações aumentou em cerca de 30% ao ano entre 1962 e 1973 (MILTONS; MICHELON, 2008 p.11) –, o primeiro plano quinquenal também causou resultados inesperados, como o aumento da inflação, que ultrapassou os 23% em 1964 (MASIERO, 2000, p.13), e o grande endividamento sem lucratividade correspondente por parte das empresas (MILTONS; MICHELON, 2008 p.11).

### **2.1.2 2º PLANO (1967-1971)**

Devido à crescente inflação causada durante o primeiro plano, o segundo plano quinquenal tinha, dentre seus objetivos econômicos, a missão de estabilizar os preços, algo que o governo planejou alcançar com reformas financeiras e fiscais, que visavam, respectivamente, estabelecer taxas de juros realistas e controlar os gastos governamentais (MASIERO, 2000, p.13).

Em relação ao desenvolvimento em si, a Coreia do Sul enfatizou o aumento na produtividade e o desenvolvimento tecnológico (MILTONS; MICHELON, 2008 p.11), assim como a modernização da indústria, em especial em setores como maquinaria, químico e aço com o foco na substituição de importações (MASIERO, 2000, p.13). Para tal, o “programa” de incentivos do governo continuou, mantendo como base os níveis de exportação, a produtividade, a inovação e o papel geral no desenvolvimento nacional,

oferecendo como recompensa as licenças para diversificação (MILTONS; MICELHON, 2008, p.11) e o acesso privilegiados aos empréstimos e taxas de juros preferenciais.

O governo adotou, ainda, uma política de desvalorização cambial, desvalorizando o won em 12% no ano de 1971 (AMSDEN, 1989, p.96). A meta do governo era estimular ainda mais as exportações, mas a medida gerou reações inesperadas ao causar um aumento no valor dos empréstimos feitos em won, o que causou problemas financeiros para as empresas que buscavam empréstimos no exterior. Amsden (1989, p.96) relata que o governo foi forçado a assumir ainda mais uma função, além de planejar todo o crescimento nacional: o de prestador em última instância. Caso contrário, diversas empresas iriam à falência, o que inevitavelmente acarretaria em um atraso nos planos econômicos do Estado.

Apesar do problema financeiro, que foi resolvido rapidamente, e assim como no primeiro plano quinquenal, o segundo plano desenvolvimentista idealizado pela Coreia do Sul foi um sucesso, como argumenta Masiero (2000, p.13) ao afirmar que as medidas resultaram tanto na estabilização de preços como no aumento das reservas e, mais importante, no crescimento das exportações e do PIB. Todavia, Masiero (2000, p.13) também alega que as medidas geraram efeitos adversos, pois, mesmo com o crescimento, as reservas não conseguiram acompanhar as demandas crescentes por investimentos, tanto públicos quanto privados.

### **2.1.3 3º PLANO (1972-1976)**

A partir do terceiro plano, que teve início em 1972, Park Chung Hee tinha como foco não mais a política de substituição de importações, mas sim o mercado externo, de modo que a Coreia do Sul passou a adotar o modelo de economia de exportação. Para tanto, o país precisou criar novas indústrias, principalmente indústrias pesadas e químicas, de modo a se adequarem as demandas internacionais de bens. Foi durante este período que o país adotou a estratégia conhecida como *Heavy-Chemical Industrialization* (HCI), ou seja, industrialização pesada e química. Foram favorecidas, então, as indústrias de aço e ferro, eletrônicos, petroquímica, construção de navios e a produção de maquinarias de transporte (MASIERO, 2000, p.13-14).

O papel do Estado no desenvolvimento da indústria pesada, como mostra Masiero (2000, P.13-14), foi o de fornecer a esses novos segmentos industriais a matéria prima,

oferecer assistência financeira e realizar empréstimos a taxas de juros consideravelmente baixas. A participação do Estado no financiamento das indústrias nesse período se tornou possível pois, como expõem Miltons e Michelons (2008, p. 12) “os órgãos públicos detinham 87% do valor agregado gerado no sistema financeiro, o que representava o controle de mais de 2/3 dos recursos que se podiam investir no país.”

Apesar do financiamento estatal, a diversificação das indústrias nacionais foi, mais uma vez, realizada pelos *chaebols*, impulsionados pelos já mencionados incentivos e pelo “medo” das consequências caso falhassem em atingir as metas governamentais. Como já visto anteriormente, a parceria entre Estado e *chaebols* foi muito presente durante todo o processo de desenvolvimento econômica da Coreia do Sul, chegando ao ápice, segundo Lima (2017, p.614), justamente durante o terceiro plano quinquenal.

Além de priorizar a indústria pesada e química, o governo sul-coreano também tinha como foco “harmonizar” o crescimento do país, promovendo o desenvolvimento regional de forma mais balanceada, o que resultou na construção de diversas dessas novas indústrias em áreas rurais e/ou distantes da capital Seul (MASIERO, 2000, p.14). O governo também pretendia promover uma melhoria no bem estar da população através da diversificação na localização das indústrias (MILTONS; MICHELONS, 2008, p.12), porém os investimentos públicos com o bem estar social ainda continuaram baixos.

Mais uma vez, a Coreia do Sul obteve sucesso com seu Plano Quinquenal. Entre 1971 e 1979, a participação das indústrias químicas e pesadas na produção nacional cresceu 16%, enquanto a participação das exportações no PNB aumentou, no mesmo período, 20% (MASIERO, 2000, p20).

#### **2.1.4 4º PLANO (1977-1981)**

A partir do quarto plano, iniciado em 1977, o foco sul-coreano era em desenvolver indústrias que pudessem competir internacionalmente. O foco na indústria pesada e química, como ferro, aço e petroquímica, se manteve, mas foi acompanhado pela promoção de indústrias de alta tecnologia, como a produção de eletrônicos e computadores (MASIERO, 2000, p.14).

Para atingir esse objetivo, o governo adotou, novamente, o processo de substituição de importações, dessa vez de forma ainda mais acelerada. Amsden (1989, p.82-83) considera que a atuação do governo durante esse processo foi ainda mais forte

do que durante os planos anteriores, mencionando o montante de quase 222 milhões de dólares em empréstimos estrangeiros facilitados pelo governo como um dos argumentos. A autora cita, ainda, quatro outras medidas adotadas pelo governo durante o quarto plano quinquenal para promover a indústria de alta tecnologia, sendo elas: 1) o estabelecimento de um parque industrial para a produção de computadores e semicondutores; 2) o estabelecimento de um instituto de pesquisa para o desenvolvimento de produtos dentro deste parque industrial, chamado de Electronics and Telecommunication Research Institute (ETRI), que contou com um fundo de 60 milhões de dólares; 3) a proteção do mercado interno de computadores, aprovando em 1983 uma legislação que restringia a importações de diversos produtos, como microcomputadores; e 4) a restrição dos investimentos estrangeiros na área, permitindo apenas empreendimentos conjuntos que o governo acreditava que beneficiariam as empresas nacionais (AMSDEN, 1989, p.82-83).

Além do aumento da competitividade internacional e do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, pretendidos com os investimentos em alta tecnologia, Miltons e Michelons (2008, p.12) afirmam que as metas do governo para o quarto plano quinquenal também envolviam o equilíbrio do Balanço de Pagamentos, a expansão do emprego, o investimento em capital físico e a melhoria da distribuição da renda.

Apesar das metas e do considerável esforço estatal durante o período, a recessão mundial do final da década de 1970 inevitavelmente afetou a Coreia do Sul, causando um desequilíbrio na estrutura da indústria sul-coreana, devido aos aumentos internacionais nos preços dos combustíveis e na crescente inflação (MASIERO, 2000, p.14). Masiero (2000, p.14) explica que a Coreia do Sul sofreu ainda mais, visto que realizou grandes investimentos na indústria pesada que não resultaram nos lucros previstos devido à queda na demanda internacional. O autor expõe que o país foi obrigado a realizar uma minirreforma monetária afim de suportar crise, aumentando os empréstimos estrangeiros, expandindo subsídios e mantendo as taxas de câmbio reais (MASIERO, 2000, p.14), não mais podendo manipular as taxas – ou os preços – para beneficiar a indústria nacional, técnica utilizada pelo Estado para promover a economia, como explica Amsden (1989).

Apesar da crise no fim da década de 1970, o quarto plano quinquenal projetado pela Coreia do Sul ainda foi um sucesso, especialmente para as indústrias pesadas e químicas, pois, como relata Masiero (2000, p.14), essas indústrias cresceram a uma taxa de 51,8% no último ano do plano – 1981 – e suas exportações se tornaram 45% do total de todas as exportações no mesmo ano.

### **2.1.5 5º PLANO (1982-1986)**

O quinto plano quinquenal foi marcado pelos contínuos esforços para superar a crise que atingiu o país no final do plano anterior. Devido ao aumento da dívida externa e a crescente inflação, a transformação da Coreia do Sul em um país exportador de alta tecnologia se tornou ainda mais urgente. Deste modo, o país passou a deslocar e facilitar empréstimos para as indústrias leves e de alta tecnologia (MILTONS; MICHELON, 2008, p. 14), diminuindo a dependência do país nas exportações das indústrias pesadas e químicas, que lidavam com produtos de menor valor agregado.

Além do reforçado foco na exportação de produtos de industrialização leve, o quinto plano quinquenal também tinha como metas o estabelecimento de uma sociedade de bem estar e a diminuição de gastos públicos, que contaria com uma mudança no sistema de incentivos para a exportação (MASIERO, 2000, p.15). Como relatam Miltons e Michelons (2008, p.14), o governo realizou uma reforma tributária em 1982, afim de diminuir a dependência dos *chaebols* para com o Estado, extinguindo taxas preferenciais, reduzindo subsídios e empréstimos e modificando a forma de administrar a taxa de câmbio. Todavia, em 1985, o Estado se viu obrigado a criar um fundo no Banco da Coreia afim de evitar a falência de outros bancos e auxiliar grandes empresas privadas, que estavam passando por dificuldades financeiras (MILTONS; MICHELON, 2008, p.14).

Somando-se as medidas já citadas, durante o quinto plano quinquenal o governo sul-coreano ainda adotou outras medidas, como o aumento dos empréstimos associados com a exportação de bens duráveis e a diminuição nas taxas de importação – anteriormente praticadas para promover a indústria nacional por meio da substituição de importações –, de modo a expandir a entrada de produtos estrangeiros que seriam úteis a manufatura nacional. A administração da dívida externa, que cresceu no fim da década de 1970 graças a crise, também recebeu atenção por parte do governo, assim como a necessidade de aumentar as reservas domésticas (MASIERO, 2000, p.15), inclusive para que se tornasse possível depender menos dos empréstimos estrangeiros

### **2.1.6 6º PLANO (1987-1991)**



Em termos de objetivos, o sexto plano quinquenal foi extremamente similar ao quinto, focando em promover a indústria leve e em produzir bens competitivos no âmbito internacional. Antes mesmo do sexto plano ser colocado em ação, a Coreia do Sul, como relata Masiero (2000, p.16), se encontrava em uma posição econômica confortável, passando a apresentar, a partir de 1986, crescimento econômico satisfatório, superávit na balança de pagamentos e preços estáveis, em contraste com os recorrentes problemas inflacionários que o país sofreu durante o processo de desenvolvimento econômico.

Foi a partir do sexto plano quinquenal que a Coreia do Sul adotou práticas para a liberalização de sua economia. Durante este período ocorreu a liberalização dos mercados financeiros, das importações e das taxas de câmbio (MASIERO, 2000, p.16). Foi ainda durante o sexto plano quinquenal que o governo passou a adotar de forma mais incisiva as medidas de “liberalização” das empresas privadas, algo que não conseguiu atingir de modo satisfatório com o quinto plano devido a fragilidade das empresas. Segundo Masiero (2000, p.16), o Estado sul-coreano traçou metas que visavam a redução de diversos subsídios fiscais, assim como privatizou empresas públicas, passou a exercer um controle monetário indireto e diminuiu os empréstimos estrangeiros

Simultaneamente a abertura econômica, o período do sexto plano quinquenal foi marcado pela abertura política, com o processo democrático se iniciando no país. Com o crescimento dos protestos, manifestações e pressão popular, o último ditador do país e idealizador do 6º plano, Chun Doo Hwan, prometeu realizar eleições populares em 1987, que foram vencidas por Roh Tae-Woo. O presidente eleito prometeu dar continuidade às políticas econômicas de abertura comercial e econômica, iniciadas por Chun, e também dar continuidade ao processo de democratização do país – que foi marcado por protestos sindicais por melhores condições de trabalho e qualidade de vida (MASIERO, 2000, p. 21.)

## **2.2 SUBSÍDIOS E INCENTIVOS**

Além dos planos quinquenais que guiaram o desenvolvimento durante décadas, a Coreia do Sul também utilizou outros mecanismos para transformar a economia do país, como os incentivos, subsídios diretos e indiretos, além da proteção da indústria, do controle tarifário e de moedas estrangeiras. De acordo com Miltons e Michelons (2008, p.11) algumas das mais importantes ferramentas foram:

“a) subsídios diretos para a exportadores; b) acesso preferencial às licenças de importação; c) empréstimos a taxas preferenciais (Kang, 2004); d) taxas de juros reduzidas para projetos considerados prioritários pelo governo (Kwon, 1997) e) aprovação automática de empréstimos pelos bancos comerciais para firmas com bom desempenho exportador e; f) deduções de impostos.”

Entre o primeiro e o quarto planos quinquenais (1962 até 1981), o Estado sul-coreano manteve taxas preferencias para o setor exportador, que, segundo Yoon (1999, *apud* YOON; SOUZA, 2001, p.348), não chegavam sequer à metade das taxas de juro praticadas pelos bancos para setores que não o da exportação e chegavam a apenas um décimo das taxas cobradas pelos bancos particulares. Além disso, Yoon e Souza (2001, p.348) afirmam que o governo estabeleceu um financiamento ilimitado para os setores industriais. Tais medidas podem ser compreendidas como algumas das ferramentas citadas por Miltons e Michelons (2008), notadamente os subsídios diretos – e ilimitados – para exportadores e a prática de empréstimos a taxas preferenciais.

Yoon e Souza (2001, p.347) classificaram o controle governamental do setor financeiro como uma forma de política financeira, que resultou no domínio das instituições e no controle das taxas de juro e da distribuição dos recursos financeiros. Tal política não atuava apenas para garantir que os empresários fossem beneficiados com empréstimos e taxas de juros benéficas vindas do próprio governo, resultando, como exposto por Lima (2017, p.617), em um controle também dos empréstimos externos. O autor relata que o governo sul-coreano adotou estratégias para vincular o crédito externo ao crédito interno, de modo que os empresários que desejassem investir em áreas que não fossem ligadas a exportação ou que não estivessem de acordo com os planos quinquenais não conseguiriam obter recursos nem dentro nem fora do país (LIMA, 2017, p.617).

Durante o período do *boom* econômico, a Coreia do Sul adotou, como já mencionado, o controle de importações, de modo a proteger e estimular a indústria interna. Um forte exemplo deste controle – e de sua eficiência – é exposto por Amsden (1989, p.138), quando a autora informa que “durante 25 anos, não se podia encontrar carros estrangeiros nas ruas da Coréia, como também não se via carros coreanos em estradas estrangeiras.” A proibição teve seu efeito, visto que forçou os coreanos a desenvolverem seus próprios automóveis, de forma tão bem-sucedida que no ano de 2020 a Hyundai, empresa sul-coreana conhecida principalmente por seus automóveis, foi considerada a 5ª marca automotiva mais valiosa do mundo<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Disponível em: < <https://www.automotivebusiness.com.br/noticia/31967/hyundai-entra-no-time-das-5-marcas-automotivas-mais-valiosas-do-mundo> > acesso em: 2 dezembro 2020

Não só a indústria automotiva teve sua importação controlada. Chang (1993, p.135) expõe que a indústria de maquinários também era fortemente controlada sob o pretexto de promover a indústria interna. O autor mostra que, nos casos em que o mercado interno poderia prover o maquinário desejado, as licenças para importação eram frequentemente negadas, e em seu lugar o governo oferecia subsídios que chegavam à até 90% do valor do produto para que os empresários comprassem o maquinário local (CHANG, 1993, p.135).

Além de proteger e promover a indústria interna, Amsden (1989, p.69-70) argumenta que as barreiras de importação serviam para mais um propósito, o de inflar artificialmente o rendimento no mercado interno quando as exportações não geravam lucro. O forte controle das importações, assim como o oferecimento de subsídios para compras no mercado interno, demonstra que o acesso preferencial as licenças de importações foi uma ferramenta essencial para o crescimento econômico sul-coreano, como defendem Miltons e Michelons (2008).

Além dos empréstimos facilitados, do controle das importações e dos subsídios diretos para exportadores, a diferenciação das taxas de juros, impostos e subsídios em determinados setores também foi uma prática comum e relevante ao longo dos planos quinquenais. Segundo Amsden (1987, p.147), o governo chegou até a fornecer crédito de longo prazo a taxas de juros negativas para empresas selecionadas, consideradas por ele como essenciais e merecedoras de estímulos. A autora afirma que os empréstimos não eram oferecidos com taxas iguais, de modo que certas empresas eram mais beneficiadas do que outras e, ainda, que tal prática inevitavelmente significava que o Estado não seguia as leis de mercado, pois a diferenciação nos empréstimos resultava em preços “errados” (AMSDEN, 1987, p.147) e, portanto, na manipulação de preços.

O nível de importância dado aos setores considerados estratégicos era tão grande que, como mostra Chang (1993, p.139), em momentos de recessão o governo continuava a dar preferência para tais setores, mantendo e até mesmo aumentando os subsídios para exportação ao invés de conceder apoio financeiro e empréstimos para outros setores, mesmo que estes estivessem mais vulneráveis.

Além dos incentivos e subsídios, o governo sul-coreano também se valeu do corte e da isenção de impostos para estimular a indústria e atingir seus objetivos, as últimas ferramentas citadas por Miltons e Michelons (2008) como importantes para o crescimento econômico. Ao longo dos diversos planos quinquenais, diversas estratégias relacionadas aos impostos foram adotadas, as mais relevantes sendo:

“a) isenção do imposto de reavaliação dos ativos das empresas que atuavam nos principais setores (1965); b) introdução de impostos privilegiados sobre investimentos (1967); c) redução do imposto sobre as empresas (1971); d) isenção do imposto sobre setores estrategicamente selecionados (1974); e) redução do imposto sobre investimentos de infra-estrutura (1978) (YOON; SOUZA, 2001, p. 344).

O Estado adotou, ainda, outras estratégias de subsídios, incentivos e controles para promover a economia local, como o controle de preços. De acordo com Chang (1993, p.138), o governo reservava para si o direito de controlar o preço de todos os produtos vendidos no mercado coreano, de modo que nenhuma mudança nos preços ocorria sem a permissão do Estado, ao menos nos setores principais.

Chang (1993) salienta, ainda, que a Coreia do Sul exercia controle sobre quantas e quais empresas entrariam em determinados setores, de modo que os *chaebols* não tinham completa liberdade em seus investimentos.

Com um nível tão alto de subsídios e controle, combinado com os objetivos ambiciosos traçados pelos planos quinquenais, a Coreia do Sul necessitava de garantias de que as empresas privadas iam seguir com as instruções. O risco de corrupção era alto, visto que o crédito era abundante e os subsídios constantes. Sem uma presença forte e exigente do Estado, os *chaebols* poderiam investir em setores que fossem lucrativos, mas que não servissem para os planos de industrialização e crescimento econômico traçados pelo governo. Deste modo, a Coreia do Sul exerceu uma forte disciplina em todas as empresas receptárias dos subsídios, não apenas “doando” os benefícios, mas operando no que Amsden (1989, p.8) chama de princípio da reciprocidade, onde as empresas devolviam, de certo modo, os subsídios recebidos do Estado.

## 2.3 CHAEBOLS

A relação entre o Estado sul-coreano e os *chaebols*, apesar de intensificada entre as décadas de 1960 e 1990, já era presente antes mesmo do governo tomar as rédeas da economia nacional. Foi durante a década de 1950 que a maior parte dos conglomerados foram estabelecidos, além de ter sido também neste período que o governo começou a exercer um forte controle sobre as empresas. Como mostra Masiero (2000, p. 18), nos anos 1950 o governo já controlava as importações e requeria licenças – à época fornecidas principalmente por ligações políticas – para que diversos produtos entrassem em solo nacional. Além disso, foi em 1954 que o governo estabeleceu o Commercial Bank Act,

com o qual escolheu *chaebols* para atuarem como base de apoio, um desses grupos sendo o atual gigante Samsung (MASIERO, 2000, p. 18).

A partir de então, a associação entre as empresas privadas e o Estado só cresceu, com os *chaebols* presentes e decisivos para o sucesso de todos os planos quinquenais, em especial a partir dos anos 80, quando os investimentos em P&D vinham, em grande parte, da área privada (LIMA, 2017, p.614). Para Masiero (2000, p.19), a promoção e a expansão dos grupos foi o mecanismo escolhido pelo Estado para promover a economia, ao que Lima (2017, p.614) complementa ao elucidar que a Coreia do Sul via os *chaebols* como fonte de acumulação de capital e tecnologia, ao passo que Moore (2007, p.89) considera a relação público-privada como a principal base para o desenvolvimento econômico do país, tão forte que permite a influência dos *chaebols* na economia e na política, mesmo com o fim dos planos quinquenais. De fato, no ano de 2017, os *chaebols* foram responsáveis por 44,2% do PIB sul-coreano<sup>14</sup>.

A relação simbiótica entre as empresas privadas e o Estado foi construída na base de um complexo sistema de créditos, dependência e punições, no qual ambos dependiam do outro para atingir objetivos e crescer. A dependência por parte dos *chaebols* pode ser percebida pelo grau de endividamento dos grupos, que cresceu em 2,58 nos dez primeiros anos dos planos quinquenais, segundo Masiero (2000, p.20). Tal nível de endividamento cresceu, em parte, pela facilidade com que eram obtidos, dado que fossem direcionados a áreas específicas e pré-determinadas. Além disso, as empresas necessitavam do apoio do governo para obterem sucesso, visto que faltava experiência nas novas áreas de investimento e seus recursos próprios eram limitados (HA, 2007, p.376). A constante mudança dos objetivos governamentais e, conseqüentemente, a constante mudança nas áreas de atuação dos *chaebols* tornavam o apoio estatal indispensável para a sobrevivências das empresas.

Foi a relação entre Estado-*Chaebols* que levou os conglomerados a investirem nos setores de construção civil e infraestrutura no Oriente Médio, visto que o governo impulsionou e distribuiu as licenças necessárias para que isso fosse possível; o investimento privado nesses mercados trouxe uma grande quantidade de divisas externas para o governo (MASIERO, 2000, p.21).

Outra medida de grande importância para o sucesso econômico sul-coreano que resultou da parceria entre o setor público e o privado foi a criação companhias

---

<sup>14</sup> Disponível em: < <https://pulsenews.co.kr/view.php?year=2018&no=562268> > acesso em: 3 dezembro de 2020

especializadas em vendas internacionais, conhecidas como *General Trading Companies* (GTC). Competitivas em níveis globais, as GTC's precisavam de licenças governamentais para regular seu funcionamento e em 1975, quando a lei foi estabelecida, 12 das 13 licenças emitidas foram para grandes *chaebols* da época (MASIERO, 2000, p21).

O poder estatal era tão vasto que a indústria de construção de navios, importante para o crescimento econômico, mas nunca oficialmente colocada como uma prioridade durante os planos quinquenais, foi estabelecida, segundo Chang (1993, p. 137), a partir de um comando direto do presidente Park Chung Hee e contra a vontade do grupo Hyundai, um dos grandes responsáveis por atuar no setor.

A necessidade dos grupos para com o Estado tornou possível que este realizasse um forte controle dos recursos, como mostra Masiero (2000, p.20):

“A alocação de crédito para os grupos passou a ser controlada pela burocracia estatal, que monitorava e controlava as atividades do setor privado para assegurar que os recursos disponíveis pelo governo fossem usados produtivamente. Os grupos deveriam contribuir positivamente para o crescimento econômico e para a promoção das exportações do país. Para toda ajuda governamental, algum critério de performance - normalmente quantidade exportada - era estabelecido, e fielmente observado seu cumprimento. O governo passou a influenciar os *chaebols* através de políticas e medidas administrativas como a alocação de licenças para investimento e crédito industrial, especialmente para as grandes empresas.”

O autor salienta, ainda, que a concessão de privilégios não era unicamente baseada em critérios econômicos e qualitativos, sendo fortemente influenciado por questões políticas e relacionamentos pessoais, principalmente para os investimentos realizados no Oriente Médio (MASIERO, 2000, p.21).

O governo ainda controlava os *chaebols* ao proibir – e punir com prisão ou pena de morte – a fuga de capital (AMSDEN, 1989, p.17) e ao controlar todos os bancos comerciais, negociar preços e controlar *commodities* (AMSDEN, 1987, p.150).

Além de demandar uma performance satisfatória nas exportações, Amsden (1987, p.150) expõe que o Estado exigia, ainda, que as empresas privadas atuassem na produção de bens e não na especulação financeira, que capacitassem seus funcionários ao invés de apenas explorá-los e que não dependessem apenas das técnicas estrangeiras, investindo em P&D para garantir tecnologia própria. O sucesso dos *chaebols* ao atingir metas e implementar as medidas defendidas eram recompensadas para além dos financiamentos e facilitação nos empréstimos. Como colocado por Amsden (1989, p.14-15), o sucesso

era recompensando com licenças para expandir, permitindo a entrada das empresas em setores mais lucrativos, diversificando os ganhos dos grupos.

A necessidade de licenças restritivas para investir em novas áreas existia por dois motivos principais: evitar a “competição excessiva” e facilitar o controle do desempenho das empresas. Como evidencia Chang (1993, p.142, *tradução nossa*) “Violadores de tais restrições poderiam ser fortemente punidos com a revogação de licenças, multas e, em alguns casos, sentenças de prisão<sup>15</sup>.”

Mas não só o desrespeito às restrições de licença gerava punições para os *chaebols*. Chang (1993, p.148) expõe que o forte controle exercido pelo Estado levou a criação, no ano 1969, de uma força tarefa que se reportava diretamente ao presidente e focava apenas em identificar empresas ineficientes. Os parâmetros colocados pelo governo exigiam que as empresas fossem monitoradas mensalmente e analisadas pela performance não só das exportações, mas também em outras áreas; e, assim como o despeito para com as restrições, era punível com multas e prisões (CHANG, 1993, p.142).

Outra punição recorrente para os *chaebols* que não atingiam metas era a fusão das empresas consideradas ineficientes. Como argumenta Chang (1993, p.149), apesar de gozarem de diversos privilégios, os *chaebols* eram analisados pelo governo mais por sua eficiência do que por quem eram seus dirigentes, de modo que a punição era uma possibilidade para todos. Algumas fusões consideradas por Chang (1993, p.140) como mais “dramáticas” foram a de dois grupos produtores de automóveis em 1965 e a de cinco produtoras de PVC em 1969. No setor de maquinários, três empresas – Hyosung, Ssangyong e Kolon – foram fundidas em apenas uma – Hyosung – e então obrigadas a se especializar em produtos de maior valor agregado; ao mesmo tempo, no setor de eletrônicos, as quatro maiores empresas da época – Samsung, [Lucky] Gold Star, OPC e Daewoo – foram forçadas a se especializarem em diferentes produtos (CHANG, 1993, p.149).

Mesmo quando o governo não fundia forçadamente empresas ineficientes, a ameaça da punição estatal continuava a existir caso os *chaebols* não acatassem as regras postas pelo Estado. A restrição ou até mesmo o corte por completo de empréstimos e subsídios era constante e, como relata Chang (1993, p.153), real, pois, por exemplo, no

---

<sup>15</sup> Original: “Violators of such restrictions could be heavily punished with revocation of license, fines, and, in some serious cases, prison sentences. (CHANG, 1993, p.142)”

dia 8 de maio de 1991 o governo congelou o crédito bancário de 14 empresas que tinham se recusado a vender terras inutilizadas.

A relação inseparável entre os *chaebols* e governo levou a Coreia do Sul a desfrutar de surpreendentes níveis de crescimento econômico durante as décadas de 1960 e 1990, elevando o país ao lugar de décima segunda maior economia do mundo em 2017<sup>16</sup>. Todavia, a crescente dependência econômica do país em relação aos *chaebols* também pode ter efeitos indesejados, como aumentar a vulnerabilidade político-econômica do país. No ano de 2017, o país passou por uma crise política, com implicações no mercado financeiro, quando uma investigação policial resultou na condenação do então presidente da Samsung, Jay Y. Lee, por suborno. A investigação de Lee, que foi precedida por protestos populares em 2016 contra diversos *chaebols*, ajudou no impeachment da então presidente Park Geun-hye, acusada de receber suborno e envolvida em diversos outros escândalos<sup>17</sup>. Apesar de a crise política ter se resolvido relativamente rápido – em 2020 o país já tinha um novo presidente, bem avaliado pela população – a vulnerabilidade causada pela dependência para com os *chaebols* permanece.

---

<sup>16</sup> Disponível em: < <https://www.worldometers.info/gdp/gdp-by-country/> > Acesso em: 3 de dezembro de 2020

<sup>17</sup> Disponível em: < <https://www.bloomberg.com/quicktake/republic-samsung> > Acesso em: 3 de dezembro de 2020



## CAPÍTULO 3: A CRISE DE 1997 E A RECUPERAÇÃO NEOLIBERAL LIDERADA PELO ESTADO

### 3.1 A CRISE

No final da década de 1980 e começo da década de 1990, com o 6º Plano Quinquenal, o governo sul-coreano adotou como meta geral a maior liberalização de sua economia. A partir de então, passou a desregular e liberalizar o mercado financeiro, permitindo a participação de estrangeiros em áreas que antes eram fortemente fechadas e inacessíveis. A dedicação do Estado para com a liberalização foi tão intensa, que Crotty e Lee (2002), consideram que o Estado Desenvolvimentista, que marcou o crescimento econômico do país por 3 décadas, acabou já em 1995.

O fim do Estado Desenvolvimentista, segundo Crotty e Lee (2001), foi marcado pelo fim do controle estatal em relação aos *chaebols*, a desregulamentação do mercado financeiro e a liberação do fluxo de capital financeiro de curto prazo, antes fortemente controlado pelo Estado. Para esses autores, assim como para Medeiros (2001), essas políticas foram causas diretas da crise de 1997, visto que, como explica Medeiros (1998, p.155), a liberalização causou uma bolha especulativa de imóveis, créditos e títulos no mercado sul-coreano. Para Shin (2007, p.41, *tradução nossa*),

“[A] Coreia simplesmente destruiu o sistema anterior de gerenciamento de risco em nome da liberalização sem instituir um novo que acomodasse a modificada situação econômica, e eventualmente caiu em uma crise financeira de grande escala em 1997.”<sup>18</sup>

Além disso, a década de 1990 viu a o crescimento econômico da Coreia desacelerar. Com investimentos estrangeiros sendo realizados em outros países da região, a concorrência se tornava mais forte e mais intensa e, como argumenta Medeiros (1998, p.165), a Coreia não conseguia modificar suas exportações a ponto de deixá-las mais atrativas na mesma velocidade em que perdia mercado para os vizinhos. Com isso, o país viu seu déficit crescer com o Japão e, no ano anterior à crise, perdeu seu superávit com os Estados Unidos (MEDEIROS, 1998, p. 1631), parceiro econômico histórico da Coreia do Sul. A partir de 1994, o país viu, ainda, um grande crescimento de sua dívida externa,

---

<sup>18</sup> Original: “Korea simply destroyed the previous risk managing system in the name of liberalization without instituting a new one that would accommodate the changed economic situation, and eventually fell into a full-scale financial crisis in 1997.” (SHIN, 2007, p. 41)

que praticamente triplicou em 3 anos (BRIDGES, 2001), atingindo o valor de 159 bilhões de dólares em 1997 (MAH, 2005, p. 682).

Quando a Tailândia decidiu adotar a política de câmbio flutuante e, conseqüentemente, deu o pontapé inicial para a crise asiática, a Coreia do Sul estava, portanto, demasiadamente fragilizada economicamente. Deste modo, quando a crise atingiu Hong Kong, gerando pânico e causando a desvalorização do won (BRIDGES, 2001, p. 25), o país não teve como resistir aos fortes impactos da crise.

O won começou a perder valor face ao dólar, o mercado de ações atingiu o nível mais baixo em dez anos e, pouco antes do acordo com o FMI ser assinados, cerca de 1 bilhão de dólares saía do país diariamente (BRIDGES, 2001). Durante a crise, bancos estrangeiros passaram a exigir o pagamento de empréstimos realizados anteriormente, mas, como mostram Crotty e Lee (2002), a Coreia não tinha liquidez suficiente para realizar os pagamentos. A credibilidade sul-coreana declinava diariamente, sendo que já estava fragilizada antes mesmo da crise atingir seu ápice. Em janeiro de 1997, antes da crise atingir o país, o conglomerado Hanbo, um dos grandes *chaebols* nacionais, entrou em colapso, eventualmente falindo e abalando ainda mais a credibilidade nacional. No mesmo ano, já afetado pela crise, o país viu mais um grande conglomerado colapsar, o grupo Kia. Para Shin (2007) e Bridges (2001), a falência de dois grandes grupos em menos de um ano, mesmo que durante uma crise, pioraram significativamente a imagem do governo no cenário internacional, com Bridges (2001) argumentando que a hesitação do Estado ao lidar com o caso do grupo Kia agravou ainda mais a situação.

Com a economia nacional fragilizada, o won em queda constante, sem credibilidade no âmbito internacional, com cobranças constantes dos investidores e sem ao menos poder contar com os parceiros históricos (Japão e Estados Unidos), que se recusavam a ajudar a Coreia do Sul se o país não adotasse medidas liberalizantes, o país se viu obrigado a pedir um empréstimo bilionário ao Fundo Monetário Internacional – que chegou a um total 58.35 bilhões de dólares, entre empréstimos vindos do FMI, países como Japão e Estados Unidos e outras instituições financeiras internacionais – e a sujeitar-se as demandas do Fundo, consideradas por Shin e Chang (2005) como exageradas e reconhecidos como tal pelo próprio FMI e pelo Banco Mundial após a crise (CROTTY, LEE, 2005, p. 416).

### 3.2 A RECUPERAÇÃO

A Coreia do Sul se recuperou surpreendentemente rápido da crise de 1997, atingindo crescimentos no PIB de 9 e 11%, respectivamente, já nos anos de 1999 e 2000 (MAH, 2005, p.638), após atingir a marca de -5,8% de crescimento em 1998 (MOTA, 1999, p.3). Por trás dessa recuperação impressionante, estão os empréstimos bilionários e as mudanças radicais na política econômica do país, que deixou de ser uma nação dirigista para de tornar mais um país internacionalmente reconhecido como “neoliberal”. Todavia, apesar da clara mudança no modo de lidar com a economia, Shin e Chang (2005), assim como Crotty e Lee (2001 e 2005), creditam a restauração econômica a atitudes tomadas pelo Estado, em principal à injeção de dinheiro público no setor financeiro (CROTTY, LEE, 2005, p. 418).

Antes de conceder o empréstimo à Coreia do Sul, o FMI exigiu que o país acatasse certas condições, entre elas a austeridade macroeconômica, a aceitação [liberalização] de investimentos externos, reformas financeiras e setoriais e a reforma trabalhista (MAH, 2005, p. 683). Mais especificamente, o Fundo determinou que a Coreia mantivesse o déficit controlado, abaixo de 1% do valor do PIB entre 1998 e 1999 e que a inflação se mantivesse em, no máximo, 5% em 1998; que o crescimento real do PIB não ultrapassaria os 3% em 1998; que a política fiscal fosse fortemente controlada; que o setor financeiro fosse reformado de modo a permitir a independência do Banco da Coreia [BOK na sigla em inglês]; que prazos fossem definidos para os programas de liberalização; que a governança corporativa se tornasse mais transparente e eficiente; e que o mercado de trabalho fosse flexibilizado (BRIDGES, 2001, p. 28). O grande número de exigências feitas pelo FMI inicialmente assustou alguns dirigentes nacionais, em especial Kim Dae-Jung, que se elegeu presidente de 1998 e temia que a intervenção minasse a soberania do Estado (BRIDGES, 2001, p. 28). A influência do FMI no país era tanta, que o Fundo exigiu que todos os candidatos à presidência se comprometessem a seguir os termos do acordo caso fossem eleitos, uma medida sem precedentes (BRIDGES, 2001, p. 30).

Apesar do amplo acordo e dos inegáveis ideais neoliberais do mesmo, o impacto imediato da resolução na moeda e no mercado de ações foi curto (BRIDGES, 2001, p. 28), ressaltando que o país tinha um longo caminho pela frente e que a promessa de abrir o mercado não seria o suficiente para tirar a Coreia da crise.

Uma das primeiras ações práticas do FMI foi ordenar que a Coreia do Sul adotasse uma política de austeridade macroeconômica, em uma tentativa de restaurar a confiança dos investidores internacionais (CROTTY, LEE, 2001, p.1). Com isso, o governo foi

obrigado a reverter a injeção de liquidez que havia feito na economia pouco antes do acordo (SHIN, CHANG, 2005, p.11) e as taxas de juros atingiram a marca dos 30% (MAH, 2005, p.684). Além disso, o governo passou a permitir a maior participação de estrangeiros na economia local, autorizando que se tornassem donos de partes cada vez maiores das empresas, retirando o teto para investimentos, flexibilizando regras para aquisições hostis das empresas nacionais (MAH, 2005, p. 685) e liberalizando o mercado de títulos e os empréstimos comerciais (SHIN, CHANG, 2005 p. 411). Ademais, o governo se viu obrigado a acabar com os – agora poucos – subsídios relacionados ao comércio e a abrir as poucas barreiras de importação restantes (SHIN, CHANG, 2005, p. 411).

As medidas iniciais do FMI não foram bem sucedidas, especialmente as políticas de austeridade. Ao invés de aumentar a confiabilidade sul-coreana, a alta na taxa de juros danificou ainda mais a imagem do país. Com uma economia fortemente baseada em conglomerados altamente endividados – com taxas que atingiam uma média de 500% antes da crise (MASIERO, 2002 p.21) – taxas de juros altíssimas serviam apenas para dificultar ainda mais o pagamento dessas dívidas, que não eram quitadas nem interna nem muito menos externamente. Com isso, os bancos sul-coreanos, que também já estavam com problemas antes de 1997 – graças aos empréstimos fracassados/inadimplentes – ficaram ainda mais fragilizados, gerando uma bola de neve no setor financeiro da Coreia do Sul. Os investidores acreditavam cada dia menos na capacidade dos empresários de honrarem suas dívidas.

Meses depois da adoção das taxas altas de juros, o FMI percebeu que a política era falha, permitindo, então, que o governo a modificasse, de modo que no final do mesmo ano [1998] as taxas de juros já haviam diminuído em mais de 50% (BRIDGES, 2001, p. 71). Apesar da reversão na medida, a alta na taxa de juros já havia deteriorado a economia. Com a alta, os bancos comerciais rapidamente perceberam que a quantidade de empréstimos que não seriam honrados aumentaria e, na tentativa de diminuir isto e de permitir que os conglomerados se mantivessem “vivos”, concederam cerca de 780 milhões de dólares em empréstimos aos *chaebols* (BRIDGES, 2001, p. 70). As pequenas e médias empresas não tiveram tanta sorte, visto que não podiam arcar com as altas taxas de juros dos bancos e não tinham como conseguir fontes diversas de financiamento, entrando em falência, de modo que o ano de 1998 viu uma acentuada queda na atividade corporativa nacional (BRIDGES, 2001, p. 70).

Apesar da injeção de dinheiro por parte dos bancos, os conglomerados ainda estavam fragilizados, altamente endividados e seriamente inadimplentes. Os bancos comerciais também não estavam em boas condições, lidando com empresas frágeis e empréstimos que muito possivelmente não seriam pagos. Com isso, o Estado se viu obrigado a intervir e impedir o sistema financeiro e bancário de entrarem em colapso. O governo injetou, até 2001, mais de 150 trilhões de won (CROTTY, LEE, 2002, p. 672) no mercado bancário, comprando dívidas dos conglomerados e bancos e assumindo empréstimos e sendo, portanto, o principal alicerce da recuperação financeira de Coreia do Sul. A medida colocou, mais uma vez, o Estado à frente do crescimento econômico, de modo que foi obrigado a assumir controle do mercado financeiro e a guiar a reforma corporativa – outra exigência do FMI e promessa de campanha do presidente Kim Dae-Jung. Com o controle do setor financeiro, o Estado designou bancos específicos como principais credores para os maiores *chaebols*, obrigando os conglomerados a diminuir seus níveis de endividamento (CROTTY, LEE, 2001, p. 21) e, consequentemente, exercendo um novo controle dos grupos.

Neste período, o governo nacionalizou diversas instituições financeiras, afim de absorver suas dívidas, injetando cerca de 140 bilhões de dólares no mercado com essa manobra (CROTTY, LEE, 2005, p. 424). Após nacionalizar as instituições, o governo vendeu muitas delas em valores extremamente baixos para investidores estrangeiros, assumindo o ônus de comprar os empréstimos insolventes. Um exemplo disso foi a reestruturação e subsequente venda do banco Korea First. O governo investiu cerca de 15 trilhões de won para que o banco se tornasse “saudável” novamente, e o vendeu pela pequena quantia de meio trilhão de won, além de aceitar comprar todos os ativos que “azedassem” nos 2 anos posteriores à venda (CROTTY, LEE, 2001, p. 42-43).

No âmbito financeiro-bancário, Masiero (2002, p. 21) mostra que o governo forçou as instituições a operarem de um modo mais internacionalizado, com padrões mais rígidos de performance e com sistemas de contabilidade e auditoria que fossem aceitos internacionalmente. Para tal, o Estado criou uma agência, semelhante a Korean Fair Trade Commission, responsável por regulamentar e supervisionar as instituições financeiras, a Financial Supervisory Commission (SHIN, CHANG, 2005, p. 411). Os empréstimos seriam melhor avaliados, *chaebols* não teria acesso fácil ao dinheiro única e exclusivamente por serem *chaebols* e não seriam “recompensados” com mais empréstimos mesmo que não honrassem os empréstimos anteriores. Em suma, se tornara

mais difícil e rigoroso conseguir empréstimos com os bancos comerciais sul-coreanos. O Estado criara, ainda, mais duas corporações supervisionadas por ele que seria responsáveis por lidar e limpar os empréstimos inadimplentes, a Korea Asset Management Corporation (KAMCO) e a Korea Deposit Insurance Corporation (KDIC).

No âmbito corporativo, a reforma foi profunda, desejada e, ao mesmo tempo, resistida. Segundo Lim e Jang (2007, p. 447), muitos *chaebols* inicialmente desejavam as reformas neoliberais, pois esperavam obter mais liberdade em relação ao governo e uma flexibilização do mercado de trabalho. Apesar de terem, de certo modo, obtido os resultados necessários, também viram suas empresas passarem por dificuldades, como a obrigação de diminuir o nível de endividamento, a necessidade de vender partes dos negócios para grupos estrangeiros e imposição de “trocar” de áreas de atuação com outros *chaebols*.

Como expõe Masiero (2002, p. 20), o acordo entre governo e empresários para reestruturar o setor corporativo foi definido por: comprometimento em aumentar a transparência administrativa; esclarecimento das garantias de débitos cruzados entre empresas afiliadas; avanço na estrutura de capital das empresas; reforço nas responsabilidades dos principais acionistas e administradores; e concentração das atividades nos negócios principais.

Foi este último compromisso que deu origem ao chamado “Big Deal”, que consistia, basicamente, na transferência de empresas entre os *chaebols*, de modo a concentrar os negócios. Apesar do acordo com o governo, nem todos os *chaebols* aceitaram as trocas com facilidade, de modo que o Estado, muito similarmente às práticas adotadas nas décadas anteriores, lançou mão de políticas punitivas para lidar com os conglomerados menos submissos. Em 1998, a Fair Trade Commission, departamento criado pelo governo ainda no período da crise para auxiliar na reforma corporativa, multou 5 dos maiores conglomerados, acusando-os de violar as regulações de comércio e por desviar fundos ilegalmente para subsidiários problemáticos (BRIDGES, 2001, p. 75). O grupo LG, por exemplo, resistiu fortemente quando o governo o forçou a abrir mão do setor de semicondutores, sendo necessárias pressões bancárias, ameaças de sanções financeiras e intervenção pessoal do presidente para que o grupo finalmente aceitasse repassar suas plantas indústrias (BRIDGES, 2001, p. 75).

Para provar aos conglomerados o quão sério estava levando as políticas de reforma, o Estado decidiu que era a hora de pôr fim a ideia de “grande demais para quebrar”, algo com que os grandes *chaebols* contaram com ao longo da história nacional. Os grandes conglomerados, que eram a base da economia do país e sabiam disso, acreditavam que poderiam operar a um nível sub-ótimo, visto que sua falência teria efeito fortemente negativo na economia. Por isso, houve um pânico generalizado em 1999, quando o Estado forçou um dos maiores *chaebols* do país, o grupo Daewoo, à falência, devido aos altos níveis de endividamento do grupo (CROTTY, LEE, 2002, p. 673).

Mas, assim como nas 3 décadas anteriores, nem só de ameaças se valia o governo. Para tentar convencer os *chaebols* a cooperarem, o Estado também prometeu que poderiam adentrar novos setores quando a reestruturação estivesse completa, os compensava com isenção de diversas taxas e garantia empréstimos preferenciais (BRIDGES, 2001, p. 75).

Além de atuar para que os *chaebols* fossem mais eficientes e transparentes e de aplicar o “Big Deal”, a reforma corporativa também contava com a venda de partes das empresas para grupos internacionais, processo que também foi comandado pelo governo (MOTA, 1999, p. 7). Com isso, o grupo Samsung viu sua divisão de construção de equipamentos ser vendida para a companhia sueca Volvo e o grupo LG Telecom viu a British Telecom se tornar o segundo maior acionista do grupo (BRIDGES, 2001, p. 75).

O processo de reestruturação do setor financeiro e do setor corporativo foram acompanhados, ainda, pela reforma trabalhista. Para Crotty e Lee (2001, p. 2), o aumento nos níveis de desemprego foi deliberadamente causado pela política de austeridade macroeconômica defendida pelo FMI, de modo a enfraquecer o movimento trabalhista e facilitar a flexibilização do mercado. A flexibilização se mostrava “necessária” para que as empresas estrangeiras aceitassem assumir o controle das empresas coreanas, já que os estrangeiros estavam receosos com a militância sindicalista contra a flexibilização (CROTTY, LEE, 2001, p. 13). Com isso, os conglomerados foram autorizados, pela primeira vez, a realizar demissões em massa em nome de “necessidades administrativas urgentes” (CROTTY, LEE, 2001, p. 15). A flexibilização trabalhista na Coreia contou com uma forte repressão estatal, que não só proibia sindicatos indústrias como declarava greves como ilegais, emitindo mandados de prisões contra líderes sindicais e autorizando a repressões policiais fortes (CROTTY, LEE, 2001, p. 18).

Segundo Crotty e Lee (2001, p.10) as mudanças exigidas pelo FMI causaram uma queda no nível de investimentos, tanto pelo aumento nas taxas de juros como na obrigação de que o Estado diminuísse os gastos, de maneira que os investimentos fixos caíram 22% no ano de 1998. Segundo Shin e Chang (2005, p. 417), o setor corporativo sobreviveu a essa contração nos investimentos graças a venda de ações e títulos empresariais. A redução nos investimentos, em conjunto com as reformas bancárias, corporativas e trabalhistas – que permitiu que os conglomerados realizassem demissões em massa – causou um alto nível de desemprego, atingindo quase 8% no final de 1998 – em outubro de 1997, quando o país já estava em crise, a média era de 2,1% (CROTTY, LEE, 2001, p.10). Os sul-coreanos que mantiveram seus empregos eram constantemente recordados da possibilidade de desemprego. O alto desemprego, somado ao medo do desemprego, mais as restrições às importações impostas pelo governo em 1998 (MAH, 2005, p. 683) causaram uma diminuição no nível de consumo interno, que caiu cerca de 12% em 1998. Com isso, o balanço de pagamentos da Coreia atingiu superávit comercial, o que, segundo Crotty e Lee (2001, p. 10), foi a única coisa que impediu a demanda agregada e o mercado de trabalho de colapsarem completamente. O superávit comercial, em conjunto com os fundos injetados pelas instituições internacionais, possibilitou que a reserva de moeda estrangeira atingisse a marca de 48.5 bilhões de dólares, cerca de 5 vezes mais do que a reserva disponível no final de 1997 (SHIN, CHANG, 2005, p. 414).

No final, as reformas promovidas pelo Estado atingiram seus objetivos finais, restaurando a confiança internacional na Coreia do Sul e tornando a economia consideravelmente mais liberalizada. Os investimentos estrangeiros voltaram aos países, gerando um aumento nos fluxos de IDE – em um movimento que Shin e Chang (2005, p. 412) atribuem a liberalização pré-crise e, principalmente, a melhora econômica interna antes mesmo dos investimentos chegarem – e agindo como uma medida mais efetiva para a atração de capital do que a medida do FMI de elevar as taxas de juros.

Nos anos seguintes, os baixos níveis de importação continuaram e os superávits comerciais se repetiram, atingindo 28 bilhões de dólares de 1999 e 17 bilhões de dólares em 2000, enquanto as exportações cresceram 16% em 1999 (BRIDGES, 2001, p. 86). Os bancos se recuperaram graças ao patrocínio estatal, os investimentos retornaram, graças a mudança nas taxas de juros e na reestruturação dos bancos, que voltaram a se sentir seguros o suficiente para realizar empréstimos, de modo que os investimentos estrangeiros na economia nacional atingiram 15.4 bilhões de dólares em 1999



(BRIDGES, 2001, p. 86) e, por fim, os gastos de consumidores retornaram, mesmo que em níveis mais baixos, após a desregulamentação dos empréstimos privados promovida pelo Estado (CROTTY, LEE, 2005, p. 418). Com isso, a economia sul-coreana se recuperou, voltando a ter níveis altos de crescimento do PIB e quitando suas dívidas com os emprestadores estrangeiros, pagando o empréstimo emergencial do FMI ainda em 1999 (BRIDGES, 2001, p. 86).

Para Shin e Chang (2005, p. 413), a recuperação econômica surpreendente pode ser creditada quase que exclusivamente às políticas keynesianas de diminuição de juros e injeção de dinheiro por parte do Estado. Para Crotty e Lee (2001, p. 11), além da dramática mudança na abordagem político-econômica liderada pelo Estado – de contracionista para expansionista – a recuperação sul-coreana também deve ser atribuída aos superávits comerciais e ao retorno dos investimentos no mercado interno. Já para Park (2011, p.599-600), as reformas, que inevitavelmente abriram mais a economia sul-coreana, não foram apenas lideradas pelo Estado, como também tiveram seu andamento controlado, de modo a permitir que o Estado se acomodasse as mudanças. Como expõe Bridges (2001, p. 125), a grande influência do Estado permanece, principalmente, graças ao envolvimento com o setor financeiro, o que fica evidente pelo fato de, nos anos 2000, o Estado ter se tornado acionista majoritário em 10 bancos comerciais, 8 seguradoras e 2 bancos de investimento (BRIDGES, 2001, p. 126). Como colocam Crotty e Lee (2001, p. 22, *tradução nossa*):

“Afim de atingir seu objetivo de transformar a Coreia em uma economia de mercado livre, o governo assumiu o controle direto do sistema financeiro e usou o poder que isso lhe concedeu para ditar a política de reestruturação às maiores corporações não financeiras.”<sup>19</sup>

### 3.3 AS CONSEQUÊNCIAS

Apesar da recuperação econômica, e do fim formal da crise, a Coreia do Sul não ficou imune aos impactos da instabilidade. Os impactos foram, sobretudo, sociais, mas os âmbitos político e econômico também foram afetados. Desemprego, informalidade no mercado de trabalho, desigualdade social, dependência para com o

---

<sup>19</sup> Original: In order to achieve its goal of transforming Korea into a free-market economy, the government took direct control of the financial system and used the power this gave it to dictate restructuring policy to the largest nonfinancial corporations. (CROTTY, LEE, 2001, p. 22)

capital estrangeiro e menor independência política foram algumas das consequências mais proeminentes do processo de liberalização econômica.

Economicamente, o país, que já tinha um forte vínculo com as exportações, se tornou ainda mais dependente: entre 1993 e 2000, essa dependência aumentou em mais de 50% (CROTTY, LEE, 2002, p. 670). Visto que, historicamente, os Estados Unidos atuavam como um dos principais mercados finais das exportações sul-coreanas, o país se viu ainda mais submisso ao mercado estadunidense, que se tornava cada vez mais disputado (MEDEIROS, 2001, p. 41). Além da dependência comercial, o mercado financeiro da Coreia do Sul se tornou muito conectado e, conseqüentemente, reagente, ao mercado de ações dos EUA (CROTTY, LEE, 2005, p. 421).

A renda familiar média em 2000 era ainda menor do que no auge da crise, em 1997, e o coeficiente GINI, que mede a concentração de renda, saiu de 0.28 para 0.32<sup>20</sup>, representando uma piora na vida dos cidadãos sul-coreanos (CROTTY, LEE, 2002, p. 670). Assim como o índice, os níveis de pobreza também cresceram. Os trabalhadores mais pobres se tornaram incapazes de serem proprietários de suas próprias residências, o acesso à educação privada se tornou mais escasso, mais pessoas emigravam em busca de melhores condições e até mesmo as taxas de natalidade começaram a cair, refletindo o momento social difícil que os cidadãos passavam (LIM, JANG, 2007).

A reforma trabalhista e o conseqüente aumento nos níveis de desemprego levou a um aumento nos trabalhos informais, que cresceu 9% entre 1996 e 2000 (MAH, 2005, p. 688), e eram menos seguros e com remunerações geralmente mais baixas. A flexibilidade atingida com a reforma colocou a Coreia do Sul como o terceiro país com maior flexibilidade no mercado de trabalho entre os países da OCDE (LIM, JANG, 2007, p. 453). Entre outras coisas, o aumento no número de trabalhadores informais significa uma grande diferença salarial entre homens e mulheres – com as mulheres em emprego informal, que eram cerca de 70% da força trabalhista feminina em 2000 (CROTTY, LEE, 2001, p. 17), ganhando cerca de 40% do valor salarial dos homens com emprego formal – e um menor acesso aos direitos trabalhistas, como seguro emprego e de saúde (LIM, JANG, 2007, p. 454).

---

<sup>20</sup> A escala vai, normalmente, de 0 a 1, com 0 significando completa igualdade de renda e 1 a completa desigualdade. Fonte: <  
[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28)> acesso em: 11 janeiro 21

A insegurança trabalhista, assim como os níveis altos de concentração de renda e os níveis crescentes de pobreza obrigaram o Estado a realizar maiores investimentos e a gastar mais com o bem-estar social, apesar de ainda permanecer em níveis baixos – apenas 10% do PIB em 2004 (CROTTY, LEE, 2005, p. 420). Dentre essas medidas, estava o Sistema de Seguro de Empregos, uma forma de seguro social que passou a contemplar também as pequenas e médias empresas e os funcionários temporários (CROTTY, LEE, 2001, p.15). Apesar de cerca de 70% dos trabalhadores terem se tornados aptos a receberem o seguro em 1999, no ano 2000 um relatório da OCDE afirmava que apenas 1 em cada 9 desses trabalhadores de fato recebiam o seguro desemprego, que chegavam a apenas 50% do valor do salário anterior e que durava no máximo 8 meses (CROTTY, LEE, 2001, p.15). A reforma trabalhista gerou, ainda, atrito com os sindicatos, que passaram a ser “caçados” pelo governo durante a crise (CROTTY, LEE, 2002, p. 671) e saíram desta extremamente enfraquecidos, mesmo após a recuperação econômica. Segundo Crotty e Lee (2001, p. 20), o mercado de trabalho se tornou um dos pontos mais fracos da economia sul-coreana, mais propensos a manipulações tanto por parte do capital como por parte do Estado.

A diminuição nos níveis de endividamento dos *chaebols* significou um menor controle do Estado em relação aos conglomerados (MAH, 2005, p 687), o que representava exatamente o oposto da política econômica da Coreia nas três décadas anteriores. A reforma corporativista também significou uma mudança considerável nos acionistas dos conglomerados, de modo que a participação estrangeira no mercado acionário saiu de 13% em 1996 para 41,97% em 2004 (LIM, JANG, 2007, p. 452). A maior participação de estrangeiros causa uma constante preocupação por parte dos *chaebols* em relação a perda de autonomia por meio da restrição em gastos industriais e P&D e, principalmente, o receio das aquisições hostis, facilitadas durante a reforma liberal (LIM, JANG, 2007, p. 452). Apesar da maior presença de estrangeiros como acionistas nos grandes conglomerados, a concentração de poder nesses grupos aumentou após a crise (CROTTY, LEE, 2001, p. 26), talvez como uma forma de se oporem mais fortemente ao capital estrangeiro.

A liberalização financeira também representou uma maior participação de bancos comerciais estrangeiros na economia nacional. Para a Coreia do Sul, isso significa uma mudança, principalmente, nos modelos de empréstimos. Durante a vigência do Estado desenvolvimentista forte, com bancos controlados pelo governo, os empréstimos eram focados nos grandes conglomerados, mas, com a liberalização, os empréstimos passaram

a ser oferecidos principalmente para as famílias, e não as empresas (CROTTY, LEE, 2005, p. 429). Segundo Shin e Chang (2005, p.426) isso ocorreu, pois, a reestruturação bancária passou a exigir níveis mais altos de eficiência e eficácia bancária, além de oferecer poucos incentivos para empréstimos de altos riscos, como geralmente são classificados os empréstimos empresariais.

Além disso, bancos controlados por instituições e grupos estrangeiros são menos propensos a cooperarem com o governo (CROTTY, LEE, 2005, p. 429), o que pode significar uma dificuldade em realizar políticas expansionistas e, principalmente, dirigistas. Por exemplo, o banco comercial Korea First, que foi vendido ao grupo New Bridge a “preço de banana” após ter sido reestruturado pelo Estado, foi o único que recusou a cooperar com o governo, quando este anunciou o plano de recuperação do mercado de títulos no ano 2000 (CROTTY, LEE, 2001, p. 43). Além dos bancos comerciais, seguradoras, empresas financeiras, corretoras e empresas de investimentos fiduciárias – todas dominadas pelo capital estrangeiro – se tornaram atores relevantes do mercado financeiro sul-coreano (LIM, JANG, 2007, p. 451-452).

Apesar da perda significativa de influência estatal, Park (2011) considera que o Estado ainda mantém uma parcela significativa de poder na economia nacional. Embora já não pudesse mais guiar os investimentos dos *chaebols*, a Korean Fair Trade Commission (KFTC), comissão comandada e regulada pelo Estado, passou a estabelecer mais e mais regras que os *chaebols* deveriam respeitar, passando de 75 para 167 regulamentações entre 1998 e 2006 (PARK, 2011, p.598). Além disso, o governo não cessou por completo as políticas indústrias, mantendo o financiamento ao setor da construção naval até depois de 2008, tendo sido denunciado pela União Europeia na OMC em 2002 (PARK, 2011, p.600).

O suporte financeiro oferecido aos *chaebols* também não cessou por completo, de modo que a Coreia do Sul chegou a ser denunciada pelos EUA na OMC em 2001 por esta prática, acusada de violar as normas da organização quando o Korea Development Bank assumiu as dívidas de títulos corporativos do grupo Hyundai (PARK, 2011, p.600). Por fim, alguns anos após a crise, o Estado “pausou” diversos dos seus processos de privatização e liberalização, permitindo que os *chaebols* voltassem a serem vistos como motor da economia nacional<sup>21</sup> e financiando grandes obras nacionais (PARK, 2011).

---

<sup>21</sup> Durante os anos 1980 e 1990, os *chaebols* eram malquistos pela população, acusados de exercerem demasiado poder na economia nacional e, principalmente, de agirem em cumplicidade com os governos autoritários e ditatoriais que comandaram a Coreia do Sul por muitos anos. Por isso, grande parte da

## CONCLUSÃO

Levando em consideração o exposto nesta pesquisa, conclui-se que o papel do Estado foi indispensável tanto para o crescimento econômico sul-coreano a partir dos anos 1960, assim como para a superação da crise asiática de 1997. Sem o dirigismo governamental, não haveria proteção para as indústrias nascentes, e estas não teriam condições de competir no âmbito internacional, ou mesmo a capacidade de abastecer o mercado interno. Além disso, a intervenção estatal garantiu que os investimentos fossem feitos nos mais lucrativos setores, guiando a Coreia do Sul para que se tornasse um país exportador de bens de alto valor agregado e casa de empresas mundialmente conhecidas por isso – como Samsung e Hyundai.

Os maiores “representantes” do mercado presentes na Coreia, os *chaebols*, também devem seu sucesso ao Estado. Apesar de ter coibido os conglomerados, impedindo-os de se aventurar no mercado como bem entendessem e punindo-os quando desobedeciam, a máquina governamental também garantiu que os *chaebols* colaborativos fossem devidamente recompensados, com licenças especiais de investimentos, empréstimos preferenciais, isenções fiscais, entre outros. Com isso, o Estado garantiu um alto nível de cooperação entre o poder público e a área privada, atingindo níveis de desenvolvimento que não seriam possíveis sem esta aliança. Diante disso, pode-se concluir que a abordagem teórica liberal defendida principalmente pelo Banco Mundial – que argumenta ter sido a mão invisível do mercado a força mais importante por trás do desenvolvimento econômico – prova-se a-histórica, pois desconsidera as evidências explícitas de intervenção estatal, julgando-a como irrelevante.

A intervenção estatal, tão importante para a economia nacional, se mostrou um hábito difícil de abandonar, pois mesmo no período em que o dirigismo deveria ter sido deixado de lado em nome dos princípios do mercado – antes e durante a crise de 1997 – o Estado sul-coreano ainda estava presente e atuante. Foi o governo que garantiu que as reformas ocorressem da melhor maneira e atingissem os objetivos traçados pelo Estado, intervindo direta e intensamente quando concluiu que o mercado não seria capaz de realizar as mudanças necessárias com sucesso.

---

população apoiou as reformas corporativas que prometiam enfraquecer os conglomerados (BRIDGES, 2001).

Todavia, mesmo com o atraso proporcionado pelas ações estatais, o neoliberalismo chegou à Coreia do Sul, deixando marcas desagradáveis, em especial no mercado de trabalho e nos níveis de desigualdade social. Apesar de o intervencionismo ter retornado – em níveis muito menores – anos após a crise de 1997, as marcas da abertura e da liberalização permanecem, com altos níveis de insegurança trabalhista, subemprego, falta de perspectiva por parte dos jovens em relação a mobilidade social, desigualdade de renda e um alto nível de pobreza entre a população maior de 65 anos<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51450570> > acesso em: 15 janeiro 2021

## REFERÊNCIAS

AMSDEN, A. H. **A Difusão do desenvolvimento: o modelo de industrialização tardia e a Grande Ásia Oriental**. Revista de Economia Política, vol 12, 1992

\_\_\_\_\_. **Asia's Next giant: South Korea and late industrialization**. Oxford University Press, 1989

\_\_\_\_\_. **The Paradigm of late industrialization**. 1987

BALASSA, Bela. **Development Strategies and Economic Performance: A Comparative Analysis of Eleven Semi-Industrial Economies**. In: BALASSA, Bela (org). Development Strategies in Semi-Industrial Economies. London: World Bank – The Johns Hopkins University Press, 1982.

BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania**. São Paulo, Edusp, 1996.

BRIDGES, Brian. **Korea after the Crash: The politics of economic recovery**. London, 2001

CANUTO, Otaviano. **Brasil e Coréia do Sul: Os (des)caminhos da industrialização tardia**. Editora Nobel: São Paulo, 1994

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo, Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Political Economy of Industrial Policy in Korea**. Mimeo, 1993.

\_\_\_\_\_. **The Political Economy Of Industrial Policy**. London: Macmillan Press LTD, 1994.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís, (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 351-378.

CROTTY, James; LEE, Kang-Kook. **A political-economic analysis of the failure of neo-liberal restructuring in post-crisis Korea**. Cambridge Political Economy Society, 2002

\_\_\_\_\_. **Economic Performance in Post-Crisis Korea: A Critical Perspective on Neoliberal Restructuring**. University of Massachusetts, Amherst, 2001

\_\_\_\_\_. **From East Asian “Miracle” to Neoliberal “Mediocrity”: The Effects of Liberalization and Financial Opening on the Post-crisis Korean Economy.** Global Economic Review: Perspectives on East Asian Economies and Industries, 2005. Pp. 415-434

EVANS, Peter. **O Estado como problema e solução.** Lua Nova, São Paulo, n.28-29, 1993. Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451993000100006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100006) > Acesso em: 19 de nov. 2020

HA, Yong Chool. **Late Industrialization, the State, and Social Changes.** Comparative Political Studies. Seul, 2007.

KRUEGER, Anne O. **The Developmental Role of the Foreign Sector and Aid.** Cambridge-MA: Harvard University Press, 1982.

LIM, Hyun-Chin; JANG, Jin-Ho. **Neo-liberalism in post-crisis South Korea: Social conditions and outcomes.** Journal of Contemporary Asia, 2006. pp. 442-463

LIMA, Uallace Moreira. **O debate sobre o processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: uma linha alternativa de interpretação.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 3 (61), p. 585-631, dez. 2017.

MAH, Jai S. **Economic restructuring in post-crisis Korea.** Division of International Studies, Ewha Womans University, South Korea, 2005.

MASIERO, Gilmar. **A Economia Coreana: Características Estruturais.** Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **As lições da Coréia do Sul.** Maringá, 2002.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público versus setor privado.** São Paulo, Portfólio-Penguim, 2014.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **A economia política da crise e da mudança estrutural na Ásia.** Economia e Sociedade, Campinas, (17): 33-54, dez. 2001.



\_\_\_\_\_. **Raízes estruturais da crise financeira asiática e o enquadramento da Coreia.** Economia e Sociedade, Campinas, (11): 151-72, dez. 1998.

\_\_\_\_\_. **Globalização e a Inserção Internacional Diferenciada da Ásia e da América Latina.** In: TAVARES, Maria C; FIORI, José L. (orgs.). Poder e Dinheiro. Uma Economia Política da Globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MILTONS, Michelle Merética; MICHELON, Ednaldo. **EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NA CORÉIA DO SUL.** In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA - ANPEC-SUL, Curitiba, 2008. Disponível em:< [http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI\\_ANPEC-Sul/artigos\\_pdf/a2/ANPEC-Sul-A2-08-educacao\\_e\\_crescimento\\_e.pdf](http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a2/ANPEC-Sul-A2-08-educacao_e_crescimento_e.pdf)> Acesso em 10 mar. 2020

MOORE, Phoebe V. **GLOBALISATION AND LABOUR STRUGGLE IN ASIA.** Tauris Academic Series LONDRES, 2007

MOTA, Bernardo. **Condicionantes culturais e históricas das reformas econômicas pós-crise asiática: o caso da Coreia do Sul.** Brief Papers, CEsA, Lisboa, 1999.

MOURA, Carlos Fernando Lapenda de; XAVIER, Maria Gilca Pinto; SILVA, Alessandro Roberto Clemente da. **AS FONTES DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E UMA ANÁLISE EMPÍRICA DA ECONOMIA DA COREIA DO SUL.** Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Vol. 9 - Nº 2 , 2011

PALMA, Gabriel. **Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina.** In: FIORI, José Luís. O poder americano. Petrópolis, Vozes, 2004

PARK, Yong Soo. **Revisiting the South Korean developmental state after the 1997 financial crisis.** Australian Journal of International Affairs, 2011. pp. 590-606

PHAM, Benjamin. **How and why did South Korea transition to an economic model of export-led industrialization?** Korean Studies Submission, 2015. Disponível em:< <http://aparc.fsi.stanford.edu/korea/file/226159/download?token=AlP12j1l>.> Acesso em 20 mar. 2020

SHIN, Jang-Sup. **Globalization and challenges to the developmental state: A comparison between South Korea and Singapore.** In: Shin, Jang-Sup. **Global Challenges and Local Responses: The East Asian experience.** New York, 2007.

SHIN, Jang-Sup; CHANG, Ha-Joon. **Economic Reform after the Financial Crisis: A Critical Assessment of Institutional Transition and Transition Costs in South Korea.** *Review of International Political Economy*, Vol. 12, No. 3, 2005. pp. 409-433

TOUSSAINT, Eric. **The World Bank: A Critical Primer.** Londres: Pluto Press, 2008.

WESTPHAL, Larry E. **Industrial Policy in an Export-Propelled Economy: Lessons from South Korea's Experience.** *Journal of Economic Perspectives*, vol 4, 1990

WESTPHAL, Larry E; KIM, Kwang Suk. **Korea.** In: BALASSA, Bela, and Associates. *Development Strategies in Semi-Industrial Economies.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1982. pp. 212–79.

World Bank Policy Research Reports. **The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy.** Vol. 1 and Vol. 2 Summary. New York: Oxford University Press, 1993.

World Bank. **Korea: Managing the Industrial Transition.** Vols. 1 and 2. Washington: World Bank, 1987